

Aos dois dias do mês de Abril de dois mil e três, nesta cidade de Montemor-o-Novo, no Salão Nobre dos Paços do Concelho e Sala de Sessões da Câmara Municipal, realizou-se a reunião da referida Câmara, estando presentes os senhores Carlos Manuel Rodrigues Pinto de Sá, Presidente da Câmara, João António Abrantes Caldeira, João Miguel Amaro Marques, Helena Maria Freire Paixão, Agostinho Petronilho Simão, Leonardo Manuel Valido Maia e Jorge Manuel Barata de Queiroz Soares, Vereadores, comigo, Carlos António Russo Lebre, Assistente Administrativo Especialista.

E tendo todos ocupado os seus lugares, foi pelo senhor Presidente declarada aberta a reunião eram quinze horas.

**Aprovação da Ordem de Trabalhos**

O Executivo aprovou por unanimidade a seguinte Ordem de Trabalhos:

**1. RELATÓRIO DE ACTIVIDADES E CONTA DE GERÊNCIA DE 2002**

**2. ADMINISTRAÇÃO URBANÍSTICA**

- A) **PROCESSOS DE LICENCIAMENTO, REQUERIMENTOS E VISTORIAS**
- B) **PROGRAMA MUNICIPAL DE APOIO À HABITAÇÃO DEGRADADA**
- C) **REVISÃO DO REGULAMENTO DO LOTEAMENTO DA HORTA DO COXO**

**3. OBRAS E SANEAMENTO**

- A) **INFORMAÇÃO DA ACTIVIDADE**
- B) **EMPREITADA DE CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIO PARA REPARTIÇÃO DE FINANÇAS, TESOURARIA DA FAZENDA PÚBLICA, POSTO DE TURISMO, JUNTA DE FREGUESIA DO BISPO E ESTACIONAMENTO**
- C) **EMPREITADA DE MELHORAMENTO DE INFRAESTRUTURAS NA RUA 1º. DE MAIO, MELHORAMENTO E CORRECÇÃO DE PAVIMENTOS EM CORTIÇADAS DO LAVRE**
- D) **EMPREITADA DE DRENAGEM PLUVIAL NO LOTEAMENTO MUNICIPAL EM SILVEIRAS**
- E) **EMPREITADA DE CONSTRUÇÃO DE JARDIM DO ESCOURAL**
- F) **EMPREITADA DE CONSTRUÇÃO DE PALCO, CAMARINS E SANITÁRIOS NO P.E.M.F.**

**4. ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS**

- A) **APROVISIONAMENTO E PATRIMÓNIO**
- B) **PESSOAL**
- C) **ADMINISTRATIVA**
- D) **CONTABILIDADE**

**5. PLANEAMENTO E DESENVOLVIMENTO**

- A) **FEIRA DA LUZ/2003**
- B) **FUNDO DE APOIO ÀS MICROEMPRESAS**

**6. SÓCIO-CULTURAL**

- A) **COMISSÃO TÉCNICA – ESPAÇOS DE JOGOS E RECREIO**
- B) **CONCESSÃO DE BOLSA DE ESTÁGIO**

**7. AMBIENTE E SERVIÇOS URBANOS**

## **8. PROJECTO DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUAS E SANEAMENTO**

## **9. PROGRAMA “MONTEMOR 2003”**

## **10. RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DO DIREITO DE OPOSIÇÃO EM 2002**

## **11. ATENDIMENTO DE MUNICÍPIOS**

### **Período antes da ordem do dia**

#### **Anomalia registada na entrega e funcionamento do correio electrónico**

Em intervenção inicial o senhor Vereador Jorge Queiroz disse ter apenas recebido através de correio electrónico os documentos alusivos ao primeiro ponto da ordem de trabalhos que lhe haviam sido remetidos no passado dia vinte seis de Março, não tendo chegado ao seu conhecimento os restantes documentos e inclusivamente a própria ordem de trabalhos, devido, provavelmente, a problemas de natureza técnica, razão pela qual disse não se encontrar preparado para poder participar na discussão e votação de algumas matérias, por não ter tido tempo para proceder à sua análise, dado que só hoje os recebeu em suporte de papel.

Disse depois o senhor Presidente que futuramente será necessário obter uma confirmação de recepção dos “mail’s” junto dos seus destinatários. No entanto, não existe no sistema informático da autarquia nenhuma informação que permita identificar o que terá motivado a não recepção dos aludidos documentos por parte do senhor Vereador Jorge Queiroz, quando todos os restantes destinatários dessa mesma informação a receberam integralmente, quer o que seguiu no passado dia vinte seis, quer o que foi enviado no dia dezanove.

Referiu contudo o senhor Presidente que a generalidade das questões agendadas para a reunião de hoje deveriam ainda assim avançar, devendo o senhor Vereador Queiroz ir colocando as questões que tiver por oportuno apresentar à medida que se vá avançando na agenda, ressaltando que os assuntos que carecem de aprovação pela Assembleia Municipal deverão ser hoje objecto de discussão nesta reunião.

Afirmando não ter uma posição intransigente sobre o assunto e procurando ter uma postura construtiva, referiu o senhor Vereador Queiroz que, perante a urgência de algumas matérias agendadas participará nos trabalhos e apresentará propostas de transição da discussão das matérias mais complexas para a próxima reunião de Câmara.

#### **Proposta de acta nº. 7**

Face à anomalia na recepção do correio electrónico antes referida, a Câmara deliberou por unanimidade transferir a discussão da proposta de acta número sete, previamente distribuída, para a próxima reunião.

#### **Visita do Secretário de Estado da Saúde**

Interviu depois o senhor Presidente para informar que conforme tinha sido anunciado, teve lugar no passado dia vinte e um a visita do Secretário de Estado da Saúde ao Hospital de S. João de Deus, o qual se deslocou a Montemor para discutir a proposta do Parque de Saúde da cidade, afirmando que a mesma decorreu de forma bastante satisfatória.

Participaram na referida visita também a responsável da ARS de Évora, a directora do Centro de Saúde de Montemor-o-Novo e outros responsáveis da área da saúde do Alentejo e Algarve, tendo o Secretário de Estado afirmado na reunião realizada que considerava a proposta interessante e de grande valia, dizendo mesmo que a sua deslocação a Montemor tinha em vista calendarizar o processo com vista à viabilização do Parque de Saúde.

Disse depois o senhor Presidente que nesse âmbito foi discutida a possibilidade de vir a ser acordado um novo Protocolo entre a ARS e o Hospital de S. João de Deus que permita ultrapassar os graves problemas do hospital do ponto de vista financeiro, assegurando assim a sua viabilização.

Para o anunciado Parque de Saúde estão previstas valias de internamento clínico, unidade de atendimento integrado e possivelmente uma unidade de tratamento de deficientes motores, havendo também a perspectiva de continuidade de laboração das oficinas com o eventual envolvimento do Ministério da Segurança Social, situação que disse ser também interessante em termos de garantir a sua continuidade.

Adiantou ainda o mesmo autarca que neste processo o Hospital cederá os terrenos necessários à implantação da infraestrutura e o Ministério irá analisar os passos que será necessário dar para viabilizar a proposta, tendo para o efeito sido definido um grupo de trabalho entre o Ministério, o Hospital e a ARS, ficando a Câmara a aguardar pelo desenvolvimento do processo.

Referiu também o senhor Presidente que a concretizar-se tal situação, o terreno que a Câmara tinha reservado para esse efeito passará a ficar livre, podendo a autarquia vir a disponibilizar-se a colaborar, assegurando a realização das acessibilidades.

Disse ainda o senhor Presidente ter-se realizado um visita ao Centro de Saúde, constatando-se que apesar de tudo as instalações até dispõem de alguma qualidade.

Por último o mesmo edil referiu que a reunião deixou boas perspectivas de concretização de um projecto que não será o primeiro do tipo em Portugal, dado já existir outro Parque de Saúde semelhante em Portimão.

### **Reunião com o Magnífico Reitor da Universidade de Évora**

Interveio depois o senhor Presidente para informar ter tido lugar no dia de ontem a assinatura do Protocolo entre a Câmara e a Universidade de Évora, no qual o Magnífico Reitor daquele Instituição outorgou em sua representação.

Para além do aspecto referido a sua deslocação teve ainda por objectivo dar sequência a algumas questões já anteriormente abordadas com a autarquia, ficando também em aberto a possibilidade de criação de um Centro de Estudos Superiores em Montemor, devendo o mesmo fornecer oportunamente mais informações sobre o assunto.

### **Vigília Contra a Guerra pela Paz**

Apesar das condições climatéricas desfavoráveis que se fizeram sentir na noite do passado dia sete em que decorreu a Vigília frente ao edifício dos Paços do Concelho, o senhor Presidente disse que a mesma decorreu de forma positiva, numa afirmação de posição contra a guerra e a favor da paz.

### **Ajudas de Custo**

Sobre o assunto referido em epígrafe e na sequência do processo que tem vindo a decorrer sobre a legitimidade de atribuição de ajudas de custo ao senhor Vereador Jorge Queiroz, informou o senhor Presidente que irá preparar uma resposta por escrito para remeter ao interessado.

### **Revisão do Plano de Urbanização e Plano Director Municipal**

Referiu depois a senhora Vereadora Helena Paixão que, embora se perspectivasse trazer à presente reunião de Câmara, a análise final da Revisão do P.U. e da Alteração do PDM, incluindo já as contestações recebidas em sede de Período de Discussão Pública daqueles documentos, de maneira a apresentá-los à Reunião da Assembleia Municipal de finais de Abril, tal não foi possível pois a necessária reunião prévia com a Comissão de Acompanhamento (CCR Alentejo) está agendada apenas para o próximo dia oito, após o que será então presente a Reunião de Câmara, admitindo-se por isso a possibilidade de vir a solicitar a convocação de uma Assembleia Municipal extraordinária para tratamento de tal matéria, podendo até aproveitar-se a sua realização para submeter também a aprovação os Regulamentos das Suiniculturas e dos Resíduos Sólidos Urbanos, relativamente aos quais se encontra a decorrer até final de Abril o respectivo período de discussão pública.

### **Construção de imóvel na Rua Sacadura Cabral**

Tendo suscitado a questão na última reunião de Câmara relativamente às varandas balançadas do prédio de gaveto que está a ser construído na Rua Sacadura Cabral, questionou o senhor Vereador Agostinho Simão se a senhora Vereadora Helena Paixão já estaria na posse de elementos que lhe permitissem informar a razão pela qual foi tecnicamente viabilizado o projecto com as referidas varandas.

Em resposta disse a senhora Vereadora que não havia recolhido essa informação porque ficara convicta de que o senhor Vereador Agostinho iria solicitar o projecto para análise junto dos Serviços, tal como tem acontecido noutras situações em que surgem dúvidas.

Voltou a intervir o senhor Vereador Agostinho para referir que não havia tomado essa iniciativa, porque na última reunião a senhora Vereadora Helena Paixão se prontificara a trazer a informação à reunião de Câmara.

Acrescentou por último a senhora Vereadora Helena Paixão que o referido processo se encontrava em seu poder, recordando também que o mesmo havia sido aprovado por unanimidade em reunião de Câmara.

### **Balanço da Feira da Luz/2002**

Voltando a intervir o senhor Vereador Agostinho questionou, à semelhança do que já fizera em anteriores reuniões de Câmara, sobre a apresentação do balanço de despesas realizadas na edição da Feira da Luz do ano transacto.

Em resposta disse o senhor Presidente já se ter realizado a reunião de balanço da Feira da Luz do ano passado, na sequência da qual foi solicitado aos Serviços que fornecessem alguns elementos ainda em falta, considerando poderem existir condições de proceder à sua apresentação na próxima reunião de Câmara.

Referiu depois o senhor Vereador Agostinho que essa lacuna deverá ser colmatada já este ano com a prévia elaboração de um orçamento para a próxima edição da Feira da Luz.

O senhor Presidente referiu que não existe obrigação legal de apresentar tal orçamento mas que, ainda assim, se considerará em devido tempo.

### **Feira Medieval**

Interveio seguidamente o senhor Vereador João Marques para referir que a Feira Medieval realizada no espaço do Castelo da cidade no passado fim de semana decorreu de forma bastante positiva, com uma elevada participação de visitantes que superou as expectativas mais optimistas.

A referida iniciativa encarada numa perspectiva lúdica, constituiu uma recreação histórica rigorosamente bem concebida que teve o privilégio de ter conseguido congregar uma larga participação de muitas colectividades e associações do concelho que se envolveram de uma forma muito activa na iniciativa em causa, situação que lhe conferiu maior riqueza e interesse.

Concluiu o mesmo autarca dizendo que a realização de tão importante iniciativa no Castelo permitiu também a muitos montemorenses visitar aquele espaço que há muito não frequentavam.

Considerando igualmente ter-se tratado de uma iniciativa importante e extremamente bem conseguida, disse ainda o senhor Presidente que se deveria ponderar no sentido de dar uma nova vida ao Castelo e por essa via atrair população ao monumento, desfrutando de tudo o que positivamente aquele espaço pode dispor.

Usando da palavra disse depois o senhor Vereador Jorge Queiroz que a iniciativa levada a cabo no Castelo teve um lado interessante e lúdico, contudo trata-se de um evento conhecido de outras localidades casos de Santa Maria da Feira, Óbidos, Castro Marim, entre outras que integra uma estrutura profissional e comercial que acompanha a Feira. Montemor-o-Novo deverá evitar as repetições de um modelo e optar pela originalidade e diversidade, dinamizados sempre que possível por grupos locais.

Disse depois o senhor Vereador Leonardo Maia que embora não sendo um espectáculo inédito, foi-o na forma como foi apresentado, razão pela qual disse ter gostado do que viu.

Referiu contudo o senhor Vereador Maia ser necessário que o Castelo tenha mais vida, que seja utilizado e explorado com eventos apropriados, até para evitar que a sua degradação aumente.

Terminou a sua intervenção dizendo ser louvável que não se façam repetições de espectáculos, tal como foi anteriormente deixado o alerta pelo senhor Vereador Queiroz, devendo a autarquia e o concelho primar pela originalidade.

Clarificou o senhor Presidente o sentido da sua intervenção anterior dizendo não encarar tal tipo de iniciativa como a única forma de animação do Castelo, mas como uma das possíveis, reafirmando que aquela iniciativa abriu excelentes perspectivas futuras que não devem ser descuradas mas antes bem consideradas, nomeadamente, como forma de atracção ao concelho.

Interveio depois o senhor Vereador João Marques para dizer que animação do Castelo tem de ser programada, sendo nesse sentido que se está a preparar o agendamento de algumas iniciativas que irão este ano animar culturalmente o Castelo, devendo na sua realização ter-se também em conta que se trata de um monumento e que as condições logísticas disponíveis também são escassas.

### **3º. Encontro de Projectos Locais**

Referiu depois o senhor Vereador Jorge Queiroz que através de iniciativa da Marca ADL, realizou-se no passado fim de semana o terceiro Encontro de Projectos Locais, iniciativa de grande interesse que contou com a presença de destacados oradores, individualidades diversas e vários autarcas locais, entre os quais o Presidente da Junta de Freguesia de Nossa Senhora da Vila, o Vereador Agostinho Simão e o Presidente da Assembleia Municipal.

Enalteceu seguidamente a forma muito bem estruturada como foram apresentadas as intervenções dos Prof. Roque Amaro e Castro Caldas e de outros intervenientes, bem como dos projectos que surgiram, alguns deles já conhecidos da população e outros inovadores, que representam um repto às zonas do interior com elevados níveis de desertificação, sendo agora necessário que os mesmos sejam apoiados e estimulados tornando a região mais competitiva.

### **Comemorações do 25 de Abril**

Em nova intervenção o senhor Vereador Jorge Queiroz interrogou as razões declarando desconhecer a escassos dias do acontecimento a programação prevista para o 25 de Abril, considerando que a mesma deverá reflectir não só a importância histórica da Revolução, mas também e sobretudo o seu conteúdo democrático da mesma através do pluralismo das intervenções políticas e cívicas que devem acompanhar as comemorações.

Em resposta interveio o senhor Vereador João Marques, dizendo que no que respeita à DSC, a programação que está a ser realizada é aquela que já foi divulgada, constituída por uma recreação histórica no dia 24 de Abril, seguida de uma arruada pela Banda da Carlista.

Para o dia 25 de Abril está programada a Estafeta da Liberdade a acontecer no período da manhã e o Concerto de Comemoração com a Ronda dos 4 Caminhos, sendo os restantes actos institucionais coordenados pelos serviços com responsabilidades protocolares.

Opinou depois o senhor Presidente que, em Montemor, as Comemorações do 25 de Abril sempre foram e são sinónimo de democracia e de liberdade e cada entidade é livre de tomar as iniciativas que entenda, e que não deverão ser repetidas sucessivas sessões solenes para evitar a banalização e até o descrédito de actos institucionais cuja dignidade se deve preservar. Disse seguidamente que no próximo ano, quando se comemorar o trigésimo aniversário do Dia da Liberdade, deverá então ser preparado um programa vasto, com maior dignidade e formalismo institucional, não se lhe afigurando aceitável que no presente ano se prepare uma iniciativa tão “pesada”, devendo a mesma manter idênticas características às que se realizaram nos últimos anos.

Voltou a intervir o senhor Queiroz afirmando discordar com o que acabara de ouvir, reafirmando que o 25 de Abril não tem proprietários e as Câmaras Municipais têm composições plurais que devem ser respeitadas em todos os actos públicos políticos e simbólicos. A forma como as comemorações do 25 de Abril têm sido organizadas pela Câmara Municipal de Montemor-o-Novo permite que apenas uma visão partidária e um único político tenha oportunidade de expressar as suas opiniões certamente respeitáveis mas muito pessoais e discutíveis, ainda por cima produzidas no meio de um concerto, o que representa uma clara desvalorização, secundarização e apropriação individual da acção política que deve merecer elevação e respeito e a participação colectiva dos seus legítimos representantes, os eleitos pelos cidadãos.

Ao contrário do que tem sucedido as comemorações do 25 de Abril devem permitir que as diversas forças políticas e protagonistas locais possam exprimir os seus pontos de vista sobre um assunto que a todos diz respeito. Acrescentou que não será a sessão solene a única forma organizativa capaz de respeitar o

pluralismo que é apanágio da democracia portuguesa. O monólogo unilateral é certamente uma das piores soluções para celebrar o 25 de Abril e a democracia (concluiu).

O senhor Presidente referiu ainda que o 25 de Abril constitui uma boa oportunidade para cada um expressar os seus pontos de vista, sem ser necessário organizar sessões solenes, atendendo a que existem outras formas de intervir e de se expressar. Disse que o Presidente da Câmara tem legitimidade democrática para se exprimir enquanto tal e considerou normal e adequado o tipo de intervenção política que vem sendo feita bem no 25 de Abril.

Reafirmando que em seu entender as sessões sobre o 25 de Abril não deverão ser banalizadas, acrescentou no entanto o senhor Presidente que noutros anos têm sido procuradas outras soluções, por exemplo com a colaboração da Associação 25 de Abril, com a realização de debates, com a edição especial do Boletim Municipal e outras acções, podendo vir a ponderar-se uma solução desse tipo para este ano.

### **Regulamento Municipal de atribuição de subsídios e apoios diversos a instituições concelhias**

Fez depois uso da palavra o senhor Vereador Leonardo Maia, lembrando mais uma vez o atraso cada vez maior que verifica com a elaboração e aprovação do Regulamento Municipal de atribuição de subsídios e outros apoios a associações concelhias sem fins lucrativos, solicitando informação sobre a sua evolução.

Em resposta disse o senhor Vereador João Marques que da parte do Jurista da autarquia houve propostas de alteração ao Regulamento do ponto de vista técnico que entretanto foram introduzidas, encontrando-se o mesmo neste momento parado, devido ao facto da Chefe da DSC se encontrar de baixa médica há duas semanas.

Disse depois o senhor Presidente que tem vindo a ser prestada com regularidade uma informação em reunião de Câmara sobre as várias vicissitudes que têm afectado a normalidade processual de elaboração do Regulamento, sendo no entanto desejável que se prepare uma calendarização para o mesmo, até porque há compromissos de prévia participação, antes da proposta ser presente a reunião de Câmara.

Voltando a intervir disse o senhor Vereador João Marques que para além da situação já referida com a Chefe da DSC, há também a salientar que os técnicos afectos à preparação da proposta de Regulamento têm neste momento situações prioritários a tratar, considerando por isso algo difícil fazer uma calendarização nos termos propostos.

### **Bandas Sonoras na EN 2 à saída para Mora**

Alertou de novo o senhor Vereador Leonardo Maia para o perigo permanente que constitui a falta de limitadores de velocidade na EN 2 à saída para Mora, fazendo prever que a não serem colocadas rapidamente as já anunciadas bandas sonoras, poderá acontecer ali um acidente aparatoso, dado o excesso de velocidade com que os veículos ali circulam.

Em resposta disse a senhora Vereadora Helena Paixão que as bandas sonoras estão encomendadas há bastante tempo, aguardando-se a sua entrega por parte da empresa fornecedora. Logo que sejam entregues serão certamente colocadas de imediato (concluiu).

## **1. RELATÓRIO DE ACTIVIDADES E CONTA DE GERÊNCIA DE 2002**

Em intervenção inicial o senhor Presidente dispensou-se de efectuar uma apresentação oral dos documentos em apreço, remetendo essa mesma apresentação para o documento que previamente fez distribuir entre todos os eleitos, constituindo a Síntese Introdutória sobre o Relatório de Actividades e a Conta de Gerência de 2002, do qual consta:

*“As Opções do Plano e o Orçamento contêm a matriz fundamental das orientações políticas das Câmaras Municipais. Assim, e de acordo com a alínea c), do n.º 2, do Art.º 64º da Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro que alterou a Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro (e outra legislação específica e complementar), somos a apresentar e a fundamentar as Propostas de Opções do Plano e Orçamento para 2003.*

*Prosseguimos neste segundo ano de mandato, e na sequência das Opções do Plano e Orçamento para 2002 oportunamente discutidas e aprovadas, as orientações e opções estratégicas que foram sufragadas pelos montemorenses nas últimas Eleições para as Autarquias Locais.*

*Desta forma, as Propostas ora apresentadas para discussão respeitam a estrutura dos documentos em vigor e em implementação no corrente ano o que, julgamos, facilita a sua análise, tratamento e coerência interna. Procedemos às adequações legais que, entretanto, nos foram impostas e que serão referidas no contexto apropriado.*

*A Proposta de Opções do Plano para 2003 inclui:*

- *Este documento de Apresentação e Enquadramento Geral*
- *A proposta de PPI (Plano Plurianual de Investimentos)*
- *A proposta de PA (Plano de Actividades) que, não sendo obrigatória legalmente, é, em nossa opinião, um instrumento fundamental de planeamento, esclarecimento e discussão das Opções não incluídas no PPI*

*Estas Propostas de Opções do Plano e Orçamento para 2003 são acompanhados de outros documentos que, não sendo obrigatórios, entendemos justificarem-se pela sua pertinência e pela vantagem da simultaneidade:*

- *Proposta de Protocolos de Descentralização para as Juntas de Freguesia*
- *Proposta de Tabela de Taxas e Tarifas.*

*O Quadro do Pessoal, face à sua recente alteração / actualização, não justifica uma nova proposta imediata e paralela. Não se exclui, contudo, e dada a perspectiva de transferência de competências, a sua alteração no decorrer de 2003.*

*A Proposta de Orçamento para 2003 respeita o novo classificador que altera substancialmente o anterior quadro de rubricas económicas e inclui:*

- *Mapa resumo de Receitas e Despesas, Correntes e de Capital*
- *Mapa resumo de Receitas e Despesas por Classificação Económica*
- *Mapa resumo das Despesas por Classificação Económica / Orgânica*
- *Mapa de Encargos Anuais de Empréstimos*

*Entretanto, interessa desde já relevar duas questões fundamentais.*

*A primeira e mais importante temporiza-se num horizonte de médio e longo prazo e identifica o que consideramos ser o principal objectivo estratégico do concelho: travada que foi nos últimos 10 anos a desertificação económico-social global do concelho, há que, nesta década, apostar na inversão da tendência de desertificação, recuperar população. Tal objectivo estratégico não depende, no essencial, das políticas do Poder Local Montemorense mas compete-nos, como temos feito e no quadro das nossas competências e capacidades, continuar a procurar as formas de contribuir para aquele objectivo central.*

*A segunda prende-se com o facto simbólico e marcante de Montemor-o-Novo completar, em 2003, 800 anos da obtenção do 1º Foral e 500 anos do 2º Foral. Queremos, pois, promover o programa “Montemor 2003” em que, com ampla participação, comemoremos dignamente 8 Séculos de História de Montemor, buscando a memória e raízes da nossa identidade mas, consequentemente, equacionando o presente e perspectivando um futuro que se quer melhor e mais justo.*

*Por outro lado e já a um diferente nível, uma nota final. Introduzidos o Euro (€) e o novo POCAL (Plano Oficial de Contas para as Autarquias Locais) com sucesso, prossegue, contudo, a implementação deste último cuja complexidade obrigará a um largo período de transição uma vez que, como referimos nos documentos anteriores, sendo um passo positivo na necessária modernização administrativa do Poder Local que há muito reclamávamos, impõe, também, uma ruptura com a filosofia de funcionamento das Autarquias. Como tem vindo a acontecer, os problemas decorrentes serão ultrapassados, estamos certos, pela colaboração entre Eleitos e Funcionários bem como pelo empenhamento a que estes, em geral, nos habituaram.*

*Enquadramento, Problemas, Perspectivas*

*Justifica-se, no âmbito das presentes Propostas de Opções do Plano e Orçamento da Câmara para 2003, um breve e sintético olhar à realidade económico-social do nosso Concelho. Não tanto por se assumir a veledade de que o Poder Local pode resolver problemas estruturais que são, antes de mais, do País mas porque a eles não podemos ficar nem indiferentes nem inactivos e porque quanto melhor conhecermos a realidade em melhores condições estaremos para nela positivamente actuarmos. Como continuamos a propormo-nos!*

### **A) Políticas Nacionais e Europeias Negativas**

*O que em sede das Opções do Plano e Orçamento para 2002 afirmámos há poucos meses mantém actualidade pecando, quanto muito, dados os aspectos agravantes entretanto surgidos, por defeito. Assim, recordamos:*

*“As políticas económico-sociais nacionais têm mantido, ainda que “almofadadas” por alguns positivos programas sociais colaterais (vidé, rendimento mínimo garantido), as orientações fundamentais dirigidas ao cumprimento dos critérios conservadores e neo-liberais da convergência monetária e nominal do Tratado da União Europeia e do Pacto de Estabilidade. Os indicadores economicistas de rentabilidade do capital prevalecem e são confundidos com desenvolvimento. As questões e preocupações sociais são acessórias e manifestam-se apenas para evitar rupturas no tecido social. A construção de uma União Europeia ao serviço dos grandes interesses económicos tem vindo a sobrepor-se e a excluir a construção de uma Europa Social, dos Povos e dos Cidadãos.*

*Em Portugal, apesar do adocicado discurso mediatizado de sucessivos Governos, o que os números oficiais mostram é o acentuar da já desequilibrada distribuição do rendimento nacional (vidé Relatórios do Banco de Portugal) beneficiando uma pequena elite em desfavor da esmagadora maioria dos portugueses.*

*A incidência conjunta destas políticas, europeias e nacionais, continua a traduzir-se num ainda maior afastamento da Região Alentejo das outras regiões comunitárias e nacionais.*

*O Alentejo afasta-se ainda mais do rendimento médio comunitário, vê aumentar o desequilíbrio na distribuição interna do rendimento, continua a assistir à liquidação de postos de trabalho, mantém a tendência para a desertificação social.*

*O desequilíbrio regional continua a aumentar em Portugal sendo clara uma opção política estrutural, a nosso ver profundamente errada e de consequências dramáticas, de litoralização do país. Não se vislumbra uma real vontade de lançar uma política nacional de desenvolvimento regional que, definindo claramente estratégias, objectivos e metas, rompa com o contínuo agravamento do fosso entre o interior e o litoral. As enormes potencialidades do Alentejo e de Montemor-o-Novo continuam por aproveitar, optando o Poder Central por medidas pontuais ao sabor das conjunturas em vez de enveredar verdadeiramente por um processo de desenvolvimento integrado e sustentável. Quer as verbas nacionais (via Orçamentos de Estado) quer as verbas comunitárias (via QCA) mostram uma continuada e intencional distribuição gritantemente desfavorável e assimétrica. Como apontam as previsões da União Europeia (ver Eurostat), a manter-se esta política, o Alentejo continuará a desertificar-se perdendo cerca de 100.000 habitantes até 2025.*

*Dizemos claramente não a tal cenário.*

*Bater-nos-emos pelo direito dos alentejanos e dos montemorenses a poderem viver condignamente na sua terra !”*

### **B) Principais Problemas e Perspectivas**

*Afirmámos ainda no documento atrás citado que,*

*“Neste contexto, e tendo ainda em conta a conjuntura que conduziu às recentes Eleições para a Assembleia da República e à formação do novo Governo, não se prevê, para 2002, uma substancial alteração para melhor na situação económico-social do concelho.”*

*Ora o que vimos assistindo ao longo de 2002 e se perspectiva para 2003 é o agravamento da situação económico-social do concelho. De facto, após o aumento do IVA (de 17% para 19%) onerando os cidadãos de mais fracos rendimentos, o fim do crédito bonificado para aquisição de habitação afectando em particular os casais jovens, o aumento dos combustíveis, a ofensiva contra os serviços públicos e os direitos dos trabalhadores – como é exemplo maior a proposta de novo “Código do Trabalho” – etc., o Orçamento de Estado para 2003 agrava ainda mais a conjuntura económica e social. Perspectiva-se, nomeadamente, a quebra do poder de compra da maioria da população (afectando, sobretudo, os trabalhadores e os reformados), uma maior precarização do emprego e o aumento do desemprego, um decréscimo da actividade económica, enfim, condições de vida mais difíceis para o grosso dos Montemorenses.*

*O desemprego, sobretudo entre os jovens e as mulheres, constitui o principal problema de Montemor e poderá verificar, em 2003, um agravamento. De facto, o Poder Central não só não tem aberto reais perspectivas de melhoria como as políticas em curso o afectarão negativamente. E isto, apesar do esforço da Câmara para dinamização e captação de investimento, de empresas e de actividades diversas*



geradoras de emprego. Ao problema do desemprego haverá que juntar a falta de 1º emprego para os jovens e o aumento da precarização do emprego existente. Existe, contudo, um problema de qualificação profissional que urge rápida atenção e medidas (adequação do sistema de ensino, formação profissional, etc.) já que há sectores empresariais locais que necessitam de trabalhadores qualificados.

Na escala das maiores preocupações sociais regista-se a situação dos reformados, pensionistas e idosos, mais de 1/3 da população que recebendo na sua grande maioria reformas indignas, são frequentemente lançados para vivências degradantes. Também nesta área a perspectiva para 2003 é negativa.

O agravamento da situação social do concelho, em resultado das políticas governamentais, é previsível.

A toxicod dependência, apresentando novos factores preocupantes (por exemplo, um novo tipo de consumo entre os jovens ou a inexistência de respostas eficazes da sociedade e do Estado aos consumidores em estágios avançados) e não sendo um problema apenas local nem tendo a incidência de outros territórios, constitui-se como crescente preocupação social. O alcoolismo, a desadaptação e insucesso escolar, a frustração de expectativas sociais são outros problemas sociais a exigir políticas que não se limitem ao superficial. O novo fenómeno da imigração, geralmente clandestina suportando não poucas vezes condições quase escravizantes, instalou-se.

A tentativa de estabelecimento no concelho de redes de prostituição aproveitando as facilidades que o normativo legal confere é um problema que, ultrapassando as competências municipais, exige acompanhamento e medidas de combate eficazes.

Não há que iludir os reais problemas que defrontamos no concelho e a que, aliás, procuramos responder no âmbito das nossas competências. Entretanto, há igualmente a referir que Montemor mantém uma actividade económica, social, cultural e política que tem conseguido contrariar parcialmente o impacto negativo dos problemas e das políticas nacionais identificadas.

Montemor continua a ter - reafirmamo-lo! - potencialidades, capacidades e vontade para assegurar - desde que sejam implementadas adequadas políticas nacionais ! - o necessário desenvolvimento para uma vida digna e mais justa para a generalidade dos cidadãos. É neste sentido que, atentos e interventivos, continuaremos a orientar a nossa actividade.

3.1. Opções Programáticas para o Mandato 2002 / 2005 As Opções Programáticas para o mandato 2002 / 2005 estão, no essencial, contidas no Programa Eleitoral da C.D.U. apresentado e sufragado maioritariamente pelos montemorenses. Tal não exclui, antes pressupõe como orientação estratégica assumida, a abertura à análise e discussão das ideias, propostas, sugestões e críticas de outras forças políticas bem como de quaisquer instituições ou munícipes. Identificam-se, de seguida, aquelas Opções Programáticas:

1. Gestão municipal democrática, aberta e participada
2. Organização municipal renovada ao serviço de todos os cidadãos
3. Luta e contributo para o desenvolvimento e o emprego
4. Ordenamento do território e urbanismo de qualidade
5. Elevação da qualidade ambiental
6. Desenvolvimento cultural, desportivo e recreativo para a cidadania
7. Reforço do apoio ao movimento associativo
8. Dinamização e apoio a iniciativas e acções de/e para a juventude
9. Intensificação de uma solidária acção social
10. Melhor protecção civil e segurança

3.2. Opções do Plano para 2003

As Opções do Plano para 2003, decorrentes das Opções Programáticas para o Mandato identificadas no ponto anterior, são de seguida apresentadas e fundamentadas tendo anexos dois documentos de suporte – o Plano Plurianual de Investimentos (PPI) e o Plano de Actividades (PA) não incluídas no PPI (legalmente não obrigatório) – que as integram.

Os códigos, a que aludiremos ao longo deste texto, permitem remeter para o PPI e para o PA e correspondem a uma hierarquização a saber: Função/Opção Programática (2 dígitos); Sub-função (4 dígitos); Programa (6 dígitos); Projecto (8 dígitos); Acções (10 dígitos).

### **C) 3.2.01. Gestão Municipal Democrática, Aberta e Participada**

A Revolução de Abril abriu perspectivas e criou condições de participação popular na vida societária nunca antes existentes. O nosso sistema político foi positivamente moldado por essa intervenção mas as vicissitudes de uma prática política dominante tendencialmente elitista têm vindo a criar e a alargar o

*fosso entre os cidadãos e a “política”. Portugal e as chamadas “democracias representativas” estão hoje confrontadas com factores que afectam a qualidade da democracia e que, a prazo, equacionarão os sistemas políticos em que a real participação activa dos cidadãos tende a reduzir-se significativamente.*

*Montemor-o-Novo tem um enorme património de criatividade e participação popular para a transformação social positiva. Consideramos prioritário usar a experiência criativa e de participação acumulada e procurar novas e/ou adequadas formas de participação na realidade comunitária actual que integre os valores da justiça social e do humanismo.*

*Vamos, em 2003, reforçar as acções em curso e lançar novas acções neste âmbito.*

*Assumimos, pois, como opção estratégica desenvolver a democracia participativa como pilar da gestão: uma gestão municipal democrática, aberta e participada em estreita ligação com as populações*

*Esta opção programática (código 01) concretiza-se nas seguintes grandes linhas/sub-funções: participação popular nos processos de tomada de decisão (código 01.01.), aprofundamento da democracia política (código 01.02.), fomento da dinâmica popular (código 01.03.), reivindicações ao Poder Central (código 01.04.), comunicação (código 01.05.) e participações institucionais (código 01.06.).*

### *3.2.01.01. Participação Popular nos Processos de Tomada de Decisão*

*Neste âmbito continuaremos a implementar fundamentalmente dois programas.*

*O primeiro que denominámos de Programa de auscultação não institucional (PA-01.01.01.) alargará e diversificará diversos tipos de atendimento à população, encontros, plenários, reuniões e outras formas de auscultação.*

*O segundo, Programa de estruturas consultivas locais de participação (PA-01.01.02.) pretende melhorar a eficácia das estruturas existentes e promover a criação de outras em áreas que se venha a justificar.*

### *3.2.01.02. Aprofundamento da Democracia Política*

*Manteremos os programas que a seguir se descrevem.*

*Programa de aperfeiçoamento do Poder Local (01.02.01.) onde se pretende combater qualquer alteração de empobrecimento democrático do actual sistema político (presidencialização, centralização, monopartidarismo, diminuição do número de eleitos, não proporcionalidade da eleição, liquidação da eleição directa, etc.) e, pela positiva, discutir e propor medidas para aprofundar a democraticidade do sistema e aperfeiçoar o seu funcionamento.*

*Programa de defesa da regionalização (PA-01.02.02.) que democratize, terminando com as nomeações e submetendo a eleição, os órgãos de poder regional, institucionalizando - conforme preceito constitucional - as regiões administrativas. Cumpre-se, assim, a vontade manifestada pelos montemorenses.*

*Programa de descentralização local (01.02.03.) onde queremos reforçar, em 2003, a descentralização negociada de competências e meios para as Juntas de Freguesia aprofundando a riquíssima e exemplar experiência existente no nosso concelho.*

*Programa para o associativismo inter-municipal (PA-01.02.04.) onde assumimos a importância da expansão e eficácia deste tipo de associativismo que, entre outras actividades já em curso, pode ter um significativo papel num futuro processo de descentralização do Estado.*

### *3.2.01.03. Fomento da Dinâmica Popular*

*O fomento da dinâmica popular perpassa pela generalidade das Opções. Contudo, nesta sub-função (PA-01.03.) propomo-nos avaliar e expandir as experiências de participação (contratualização com instituições e gestão participada de equipamentos) e o apoio à dinamização do movimento associativo.*

### *3.2.01.04. Reivindicações ao Poder Central*

*A Câmara manterá, face ao Poder Central, uma postura crítica e reivindicativa na intransigente defesa dos interesses colectivos dos Montemorenses e do desenvolvimento do concelho e do Alentejo. Em paralelo, reafirmará uma atitude de colaboração activa para a concretização das políticas, projectos e acções que, de algum modo, tenham reflexo positivo em Montemor-o-Novo e no Alentejo.*

*Bater-nos-emos por novas políticas nacionais de desenvolvimento regional (PA-01.04.01.) e pela concretização de projectos concelhios (PA-01.04.02.) da responsabilidade da administração central que são determinantes para o desenvolvimento do concelho e a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos.*

### *3.2.01.05. Comunicação*

*A comunicação (PA-01.05.) tem uma importância crescente na sociedade actual. Propomo-nos reforçar a actuação da Câmara nesta área.*

*A comunicação entre a Câmara e o Município (nos dois sentidos) e o relacionamento com a comunicação social são as prioridades nesta área.*

### *3.2.01.06. Participações Institucionais*

*A nossa Câmara tem uma tradição de abertura ao exterior e activa participação em instituições diversas que pretendemos manter e reforçar já que daí resultam valias positivas quer para as nossas autarquias quer para o concelho.*

*Asseguraremos e alargaremos, sempre que se justifique, as nossas participações institucionais (PA-01.06.) aos diversos níveis (municipal, regional, nacional e internacional).*

### **D) 3.2.02. Organização Municipal Renovada ao Serviço de Todos os Cidadãos**

*A organização dos serviços municipais deve visar a rigorosa igualdade de tratamento dos cidadãos, um eficaz atendimento e tramite das solicitações, uma prestação de serviços de qualidade crescente, a humanização organizativa quer face aos munícipes quer para com os trabalhadores.*

*Não obstante as melhorias registadas nos últimos anos, é necessária uma ainda maior atenção a esta área bem como às formas de concretização das acções prosseguidas. Haverá que estimular a vontade política, o empenhamento de chefias e funcionários e assegurar a continuidade dos elevados investimentos que vimos efectuando. Esta é, aliás, uma área que continuará a exigir uma acção permanente, cujas soluções, porque estruturantes nalguns casos, não serão necessariamente imediatas.*

*Apostamos na adequação, melhoria e renovação da organização dos serviços municipais numa perspectiva do munícipe e servindo todos os cidadãos.*

*Esta opção programática (código 02) concretiza-se através de plano de modernização (código 02.01.) e de projectos inovadores (código 01.99.).*

#### *3.2.02.01. Plano de Modernização*

*Haverá que concluir o Plano de Modernização geral que contenha uma visão global da Câmara e proponha um conjunto diversificado mas coerente de acções que permita concretizar os objectivos pretendidos.*

*Este Plano subdivide-se, pois, em programas que, de seguida, abordaremos sucintamente.*

*O Programa de Modernização da Organização dos Serviços (02.01.01.) vai centrar-se essencialmente na conclusão e implementação de uma reorganização dos serviços municipais e no plano de modernização administrativa.*

*O Programa de Modernização para o Pessoal (PA-02.01.02.) manterá a prioridade à melhoria das condições de trabalho, à formação e à participação dos trabalhadores na organização e na actividade da Câmara. Proceder-se-à igualmente, e atentas as condicionantes legais que impedem qualquer racional gestão de pessoal, à reafecção de pessoal conforme as necessidades dos serviços, à alteração do Quadro de Pessoal se necessário e garantindo as necessidades da Câmara e as justificadas expectativas de evolução nas carreiras.*

*O Programa de Modernização das Instalações Municipais (02.01.03.) vai continuar a concentrar importantes investimentos e acções porque reside aqui um dos principais problemas da Câmara que afecta todos os serviços.*

*O Programa de Modernização de Equipamentos (PPI-02.01.04) prevê uma progressiva e continuada actualização dos equipamentos ainda que com fortes limitações orçamentais face às reais necessidades.*

*O Programa de Valorização do Município (02.01.05.) centra-se, essencialmente, na promoção interna e externa do concelho.*

*O Programa de Documentação (02.01.06.) visa, para além da aquisição de publicações, consolidar e alargar um conjunto de bases de dados sobre a actividade municipal e sobre o concelho e disponibilizar a sua consulta e uso.*

#### *3.2.02.99. Projectos Inovadores*

*Vamos continuar a implementação do programa “Câmara ao Encontro do Cidadão” (02.99.01.), aliás na sequência de bem sucedidas experiências anteriores, com o objectivo de fomentar uma nova cultura de abertura ao munícipe na organização municipal.*

### **E) 3.2.03. Luta e Contributo para o Desenvolvimento e o Emprego**

*Mantém-se actual o que, respeitante a esta matéria, escrevemos nas Opções do Plano para 2002:*

*“As políticas nacionais e, em particular a política nacional de desenvolvimento regional, são determinantes para o desenvolvimento local e regional. Não é possível definir e aplicar uma estratégia local de desenvolvimento (excepto em casos muito específicos) que consiga sobrepor-se àquelas políticas e à sua concretização no território concelhio ou da Região. Por isso, nos pronunciamos sobre aquelas políticas e propomos outras que entendemos mais adequadas e justas para o desenvolvimento de Montemor-o-Novo e para as condições de vida dos diversos grupos sociais. A responsabilidade do Poder Central na situação dos concelhos e Regiões é, pois, nuclear e indescartável.*

*Consideramos que Montemor-o-Novo e o Alentejo têm sido pesadamente penalizados pelas políticas do Poder Central e que o seu estágio de desenvolvimento resulta disso. Consideramos, ainda, que um real processo de desenvolvimento do concelho e da Região implica uma nova e diferente orientação política. Aos Governos compete desencadear as políticas, os programas, os projectos, as medidas que despoletem e sustentem processos de desenvolvimento. Montemor, o Alentejo e, em geral, todo o interior do País continuam a aguardar tais opções !*

*Entretanto, esta nossa posição não significa alijar toda e qualquer responsabilidade deste tipo. Ao contrário, assumimo-las no âmbito das competências do Poder Local e procuramos e procuraremos uma activa intervenção municipal para o desenvolvimento.*

*Outras Opções Programáticas têm manifestamente incidência no desenvolvimento e no emprego. Ao individualizar estes programas pretendemos atribuir-lhes uma especial relevância”.*

*Este é o enquadramento que deve estar presente na análise desta Opção (código 03).*

*Lutar por novas políticas que assegurem o desenvolvimento e a criação de emprego e contribuir para tal, na medida das nossas limitadas competências, é uma prioridade da nossa política municipal.*

*Esta opção programática (código 03) assenta em 3 pilares: planeamento estratégico (código 03.01.), apoio ao desenvolvimento (código 03.02.) e projectos inovadores (código 03.99.)*

### *3.2.03.01. Planeamento Estratégico*

*A Carta Estratégica do Concelho (PA-03.01.) é o principal instrumento de intervenção estratégica cuja elaboração formal se encontra em curso e que pretendemos concluir assegurando, neste final, uma alargada participação. O ano em que passam 800 anos do 1º Foral e 500 anos do 2º Foral convida, atentas as devidas distâncias, ao lançamento de uma nova Carta visando um futuro mais próspero e justo de Montemor-o-Novo.*

### *3.2.03.02. Apoio ao Desenvolvimento*

*O núcleo central deste pilar é o apoio ao desenvolvimento económico porque a diversificação e expansão da base económica concelhia com a indispensável criação de postos de trabalho é essencial para o processo de desenvolvimento. Não descuramos, contudo, a importância e impacto de outras acções ainda que, eventualmente, com menor visibilidade na sua incidência económica. Olhemos, então, os programas:*

*O Programa de Estruturas de Apoio ao Desenvolvimento (03.02.01.) dá prioridade à Zona Industrial da Adua (em várias vertentes), ao Parque de Exposições, à disponibilidade para apoiar a conclusão do Parque de Leilões de Gado o que pressuporá um acordo escrito com a direcção da APORMOR.*

*O Programa de Promoção do Concelho (PA-03.02.02.) onde se destaca o apoio aos agentes económicos e as acções de captação de novos investimentos.*

*Nos Programas/Projectos de Iniciativa Municipal (03.02.03.) releva-se o Programa de Recuperação e Revalorização do Castelo e a conclusão do processo de criação de um Conselho Municipal para o Desenvolvimento Económico.*

*O Programa de Participação em Projectos de Outras Entidades (03.02.04.) em que mantemos a disponibilidade para o estabelecimento de parcerias para o desenvolvimento local.*

*O Programa de Turismo (03.02.05.) onde reforçando as participações na Região de Turismo de Évora e na Associação das Regiões de Turismo do Alentejo (estruturas indispensáveis à promoção turística) continuaremos a expandir a nossa actividade.*

*O Programa de Mercados e Feiras (03.02.06.) que, para além do êxito do trabalho em curso, haverá que equacionar o existente (por exemplo, a Feira de Maio) e estudar o lançamento de novos eventos.*

*Os Projectos/Programas Regionais (PA-03.02.09) prevê a realização do Congresso do Alentejo na nossa cidade.*

### *3.2.03.99. Projectos Inovadores*

*Em 2003, Montemor-o-Novo comemora 800 anos do 1º Foral e 500 anos do 2º Foral. Vamos assegurar, com a maior participação possível, um vasto e diversificado programa de dinamização e promoção do concelho com a denominação “Montemor 2003”.*

### **F) 3.2.04. Apoio ao Desenvolvimento Económico**

*O desenvolvimento económico assume particular importância no âmbito mais geral de uma política de desenvolvimento. De facto, para inverter a tendência para a desertificação é condição determinante a dinamização, expansão e diversificação da base económica.*

*Apesar das limitadas competências e possibilidades do Poder Local nesta área, todas as acções e contributos possíveis para este objectivo são importantes. Cabe-nos procurar a intervenção municipal adequada a esta Opção (código 04).*

*Assumimos como uma prioridade do Município apoiar e contribuir para a dinamização, expansão e diversificação da Base Económica*

*3.2.04.01. Dinamização / Diversificação da Base Económica*  
*A disponibilidade e dinamização de estruturas de apoio ao desenvolvimento económico, nomeadamente, na Zona Industrial da Adua, no Parque de Exposições e no apoio a toda a actividade económica em geral.*

### *3.2.05. Ordenamento do Território e Urbanismo de Qualidade*

*Para a Câmara Municipal de Montemor-o-Novo, pós 25 de Abril de 1974, o Ordenamento do Território e o Planeamento Urbanístico nunca foram entendidos como mero cumprimento das competências da Autarquia, mas sim como pressupostos e práticas essenciais ao desenvolvimento do Concelho.*

*Continuaremos a melhorar e a aprofundar as nossas políticas nesta área.*

*Assim a gestão do território e o uso planeado do solo como instrumentos de promoção do desenvolvimento sustentável e integrado, de base local, constituem-se e confirmam-se como uma das opções programáticas decisivas.*

*Esta opção programática (código 05) concretiza-se através da gestão urbanística (código 05.00.), do planeamento (código 05.01.), do apoio à recuperação e construção de habitação (código 05.02.), da qualificação urbana (código 05.03.), da melhoria da rede viária (código 05.04.), do património (código 05.05.), do apoio a iniciativas de particulares (código 05.06.), da gestão dos solos (código 05.07.) e de projectos inovadores (código 05.99.).*

#### *3.2.05.01. Gestão Urbanística e Planeamento*

*No Programa de Gestão Urbanística (05.00.01.) iremos continuar a desenvolver e a actualizar os mecanismos de controlo e gestão para implementar e gerir de forma eficaz os instrumentos de planeamento.*

*O Programa de Planeamento (05.01.) visa uma prática capaz de ir ao encontro das expectativas da população, de forma actualizada, salvaguardando sempre (da pressão especulativa), o interesse público e colectivo. Está na base dos esforços que irão conduzir às aprovações da Revisão de Âmbito Limitado do PDM e da Revisão do Plano de Urbanização da cidade. Pretendemos ainda concluir o Plano de Salvaguarda do Centro Histórico da cidade e empreender esforços para, junta das entidades governamentais, assegurar a elaboração e discussão dos Planos de Urbanização das Sedes de Freguesia. Consubstanciados nestas “novas” figuras de planeamento, continuaremos a insistir na correcção de alguns dos parâmetros urbanísticos que se vêm revelando desactualizados, lesivos dos interesses das populações e condicionadores do desenvolvimento concelhio (como por exemplo os índices e densidades de construção).*

#### *3.2.05.02. Apoio à Recuperação e Construção de Habitação*

*Mantemos o apoio à habitação como uma das prioridades da Câmara neste mandato. Para além do evidente impacto positivo na qualidade de vida das populações, esta política tem também contribuído pelo efeito económico multiplicador da construção civil para o emprego e a dinâmica económica e ainda para valores concorrenciais e atractivos que trazem e fixam população.*

*Através do Programa de Habitação Municipal (05.02.01.) daremos um tratamento sistemático e integrado ao parque habitacional propriedade do Município.*

*Continuaremos a desenvolver Programas de Apoio à Recuperação de Habitação (05.02.02.) como o Programa Municipal de Apoio à Habitação Degradada e o Recria. Implementar-se-à o novo Programa Rehabita.*

*Com o Programa de Terrenos Municipais (05.02.03.) pretende-se uma política que evite a especulação urbana dos solos, continuando a disponibilizar novos lotes em loteamentos municipais, negociando terrenos em localidades com escassez de oferta e/ou procura de soluções alternativas.*

*O Programa de Parcerias para Construção de Habitação (05.02.04) pretende-se estimular detentores de terrenos urbanos em zonas carenciadas e/ou promotores a desenvolver loteamentos em parceria.*

#### *3.2.05.03. Qualificação Urbana*

*O Programa de Planeamento/Estudos/Projectos (05.03.01.) visa assegurar uma bolsa de projectos que permita, em tempo, concretizar as obras necessárias.*

*O Programa de Espaços Exteriores (05.03.02.) tem vindo a estabelecer um plano de qualificação das áreas exteriores, incluindo a intervenção/obra no terreno, com o objectivo de viabilizar soluções de qualidade em espaços urbanos humanizados, ambientalmente equilibrados e dotados de equipamentos e programas para a sua animação e uso, que são indispensáveis à vida social e colectiva das populações.*

*O Programa de Iluminação Pública (PPI-05.03.03.) garante, com a participação das Juntas de Freguesia, a continuidade do reforço e extensão da rede de iluminação pública.*

#### *3.2.05.04. Melhoria da Rede Viária*

*Assente no princípio fundamental da constante melhoria da qualidade de vida das populações, a requalificação da rede viária constitui outra das áreas em que é necessário continuar a intervir. Neste âmbito e assegurando a continuidade do trabalho já desenvolvido está previsto um esforço de investimento por parte da Autarquia que irá permitir atenuar as insuficiências existentes.*

*No Programa de Circulação e Trânsito (05.04.01.) prevê-se um conjunto de estudos/projectos bem como uma particular atenção à segurança rodoviária e ao ordenamento da circulação e trânsito.*

*No Programa de Requalificação da Rede Viária (PPI-05.04.02.) destaca-se um vasto programa de intervenções de melhorias e conservações quer nas zonas urbanas quer nas zonas rurais e ainda novas construções de arruamentos em várias freguesias rurais.*

#### *3.2.05.05. Preservação do Património*

*O Programa de Preservação do Património (05.05.01.) prevê o acompanhamento e/ou elaboração de estudos e planos de reabilitação e intervenções diversas de conservação bem como a implementação das directivas do Plano de Reabilitação e Salvaguarda do Centro Histórico.*

#### *3.2.05.06. Apoio a Iniciativas de Particulares*

*Este tipo de apoio, sobretudo centrado nas obras e loteamentos (PA-05.06.01.), estimula a dinâmica de iniciativa dos cidadãos e tem um papel de sensibilização de grande importância. Continuaremos a reforçar, em particular, esta última componente.*

#### *3.2.05.07. Gestão de Solos*

*Através do Programa de Bolsas de Terrenos (05.07.01.) pretende-se ultrapassar dificuldades de disponibilidade de terrenos para construção em várias localidades (embora haja terrenos urbanos privados que, havendo vontade dos proprietários, cobririam largamente as necessidades) e ainda garantir solos para equipamentos colectivos indispensáveis.*

#### *3.2.05.99. Projectos Inovadores*

*Queremos iniciar um Programa de Desenvolvimento Urbano Sustentado (05.99.01.) que procure formas e instrumentos inovadores de intervenção nesta área. Apesar do atraso que este Programa tem tido, queremos que constitua um desafio público para todos os que intervêm nesta área.*

### **G) 3.2.06. Elevação da Qualidade Ambiental**

*A procura de equilíbrio entre a defesa do ambiente e a conservação do património natural do concelho em articulação com a humanização da paisagem e as práticas agro-pecuárias tem constituído uma das preocupações desta Câmara nos últimos anos a que será dada continuidade.*

*Algumas das principais necessidades básicas da população estão aqui enquadradas e têm constituído uma prioridade fundamental quando não primeira dos Executivos Camarários pós 25 de Abril. Referimo-nos, nomeadamente, ao abastecimento público de água, ao saneamento básico e à higiene pública. Mantemos esta linha de rumo.*

*Mantemos a exigência de uma política nacional de ambiente que assegure respostas estruturais aos problemas que os municípios, no âmbito das suas competências, procuram resolver (por exemplo, escoamento e reciclagem dos produtos recolhidos, financiamento para projectos municipais e inter-municipais estruturantes, colaboração da Direcção Regional e não actuação administrativista e desligada da realidade).*

*Temos sabido manter em Montemor-o-Novo um património ambiental de grande qualidade sem grandes e irreversíveis atentados. Estamos perante uma das maiores potencialidades do concelho e eixo para um desenvolvimento integrado e sustentável.*

*Há, portanto, que enfrentar e procurar soluções para os principais problemas que afectam o nosso ambiente e nos quais, de alguma forma, o Poder Local pode intervir: os efluentes das pecuárias, as intervenções no solo e na paisagem, o tratamento dos diversos tipos de resíduos e dos efluentes domésticos.*

*Há, sobretudo, que potenciar e valorizar as nossas características ambientais como vector determinante da qualidade de vida e do desenvolvimento local e regional.*

*Valorizar numa perspectiva de desenvolvimento integrado e sustentável o nosso Património Ambiental, continuar a enfrentar e procurar soluções para os principais problemas ambientais, garantir a Elevação da Qualidade Ambiental é uma das grandes opções programáticas.*

*Esta opção programática (código 06) integra a promoção e defesa do ambiente (código 06.01.), a conservação da natureza (código 06.02.), o saneamento (código 06.03.), o abastecimento de água (código 06.04.), os resíduos sólidos (código 06.05.) e a higiene pública (código 05.05.).*

#### *3.2.06.01. Promoção e Defesa do Meio Ambiente*

*Neste âmbito, as acções propostas inserem-se em dois programas*

*O Programa de Controlo da Poluição (06.01.01.) onde continua a assumir importância central o projecto inovador, candidatado e financiado pela UE, dirigido ao problema dos efluentes das suiniculturas.*

*O Programa de Defesa do Meio Ambiente (06.01.02.) onde se destaca o Plano Municipal de Ambiente, a educação ambiental e o Parque Integrado de Reciclagem.*

#### *3.2.06.02. Conservação da Natureza*

*A Rede Natura 2000 e o projecto para o Sítio de Monfurado mantém-se (PPI-06.02.01), após o êxito do trabalho efectuado em 2002, como as nossas principais prioridades nesta área.*

#### *3.2.06.03. Saneamento*

*Tendo o Município confirmado a opção, na sequência da discussão em devido tempo suscitada, por criar e integrar um sistema inter-municipal de gestão de saneamento (e águas) ficou perspectivada a intervenção futura do Poder Local nesta área da sua competência. Recorde-se que, em virtude da ruptura imposta por várias Câmaras (Évora, Borba, Alandroal, Mourão e Reguengos) no seio da AMDE, a candidatura consensualizada ao Fundo de Coesão da UE oportunamente apresentada ao Governo PS em Setembro de 2001 foi inviabilizada e o processo atrasou-se mais de 1 ano. Mantemos a necessidade de um amplo debate público sobre os sistemas de gestão supra-municipais mas entendemos que esta é a melhor opção para os Montemorenses já que, assim, se garantirá a manutenção do carácter público e da gestão pública do sistema, o controle do tarifário e as competências e serviços (incluindo a situação dos trabalhadores) do Poder Local nesta área.*

*Continuaremos a implementar dois programas tendo em conta o acima descrito.*

*O Programa dos Sistemas Municipais de Saneamento (06.03.01.) onde manteremos uma intensa actividade de manutenção, renovação e expansão da rede.*

*O Programa dos Sistemas Inter-Municipais (PA-06.03.02.) visando uma activa participação na implementação do sistema inter-municipal de gestão, exigindo o respeito pelas nossas opções e o tratamento igual pelo Governo e assegurando o domínio e a gestão pública autárquica no sistema. Esta questão é crucial e decisiva para a resolução dos principais problemas de saneamento do concelho já que os montantes de investimento ultrapassam largamente a capacidade da autarquia (problema, aliás, geral no País).*

#### *3.2.06.04. Abastecimento de Água*

*O que se disse no ponto anterior (3.2.06.03. Saneamento) é rigorosamente válido para o abastecimento de água.*

*No Programa dos Sistemas Municipais de Abastecimento de Água (06.04.01.) manteremos uma intensa actividade de manutenção, renovação e expansão da rede.*

*O Programa dos Sistemas Inter-Municipais (06.04.02.) visando uma activa participação na implementação do sistema inter-municipal de gestão, exigindo o respeito pelas nossas opções e o tratamento igual pelo Governo e assegurando o domínio e a gestão pública autárquica no sistema. Esta questão é crucial e decisiva para a resolução dos principais problemas de abastecimento de água no concelho – nomeadamente, a concretização do sistema de abastecimento de água a partir da Barragem dos Minutos - já que os montantes de investimento ultrapassam largamente a capacidade da autarquia (problema, aliás, geral no País).*

#### *3.2.06.05. Resíduos Sólido*

*Nesta área, as principais acções estão contidas no Programa de Resíduos Sólidos Urbanos (06.05.01.). Releva-se a continuação da implementação do Plano Distrital de Recolha de Resíduos Sólidos Urbanos (no seio da AMDE) incluindo a criação de uma empresa inter-municipal de gestão e a renovação e expansão de equipamentos.*

*A Câmara tem vindo a suportar, ao longo de 2002, os custos adicionais do tratamento dos resíduos sólidos urbanos (cerca de € 20.000,0 Euros). Não é possível continuar a adiar o lançamento da respectiva tarifa (exigida, aliás, no âmbito do financiamento concedido pela UE e pelo Governo) o que acontecerá em 2003 e*

*em simultâneo nos Municípios do distrito que ainda não cobrarem tal serviço. Este assunto será mais desenvolvido na proposta de Orçamento.*

#### *3.2.06.06. Higiene Pública*

*Avulta no Programa de Higiene Pública (06.06.01.) a conclusão da construção do canil municipal e diversas acções de prevenção e sensibilização.*

#### *3.2.07. Desenvolvimento Cultural, Desportivo e Recreativo para a Cidadania*

*A intensa actividade sócio-cultural do concelho está indissoluvelmente ligada à política municipal que vem sendo seguida para o sector. Tal política tem procurado estimular criativamente a dinâmica dos diversos sectores sociais em presença, orientando a actividade no respeito e desenvolvimento da nossa forte identidade cultural, irmanando a tradição com a abertura ao progresso e à inovação e, em simultâneo, criando as condições físicas, humanas e financeiras indispensáveis.*

*A Câmara desempenha um papel imenso no apoio às instituições educativas, culturais, desportivas e recreativas do concelho bem como aos grupos informais que surgem. A par disso, a própria iniciativa camarária disponibiliza aos montemorenses e às suas instituições infra-estruturas e projectos de grande qualidade geralmente indisponíveis em zonas como a nossa.*

*Montemor tem vindo a adquirir crescente prestígio nacional e internacional pela diversidade, intensidade e inovação da sua acção sócio-cultural.*

*Este é um dos pilares que definimos como estratégico para o desenvolvimento de Montemor-o-Novo.*

*Aprofundar o desenvolvimento cultural, desportivo e recreativo para a cidadania baseado numa política municipal de democratização e formação de base, na iniciativa e dinâmica local e na projecção nacional e internacional constitui uma opção programática fundamental.*

*Esta opção programática (códigos 07 e 09) desenrola-se pela educação (tratada no código 09), pela cultura (código 07.01.), pelo desporto (código 07.02.), pelos tempos livres e lazer (código 07.03.), pelos equipamentos (código 07.04.), pelo apoio às associações (código 07.05.) e pelos projectos inovadores (código 07.99.).*

##### *3.2.07.01. Cultura*

*Montemor tem uma política cultural reconhecida e prestigiada em relação à qual temos tido a necessária capacidade de renovação. Fomentando uma participação activa das instituições e da população iremos continuar desenvolver esforços para garantir o salto de qualidade em curso que aprofunde a dinâmica existente e que continue a projectar Montemor nesta área.*

*Abordamos, de seguida, os dois principais programas embora alguns outros também aqui se reflectam.*

*O Programa de Dinamização de Actividades (PA-07.01.01.), para além das actividades que vimos desenvolvendo, estará muito ligado ao Programa “Montemor 2003” propondo-se uma alteração de funcionamento durante 2003 e a retoma renovada de um conjunto de Ciclos e Festivais em 2004. Aproveitaremos para uma reflexão, discussão e decisão sobre algumas iniciativas que, como o Festival Sete Sóis Sete Luas, exigem uma clarificação definitiva.*

*O Programa para o Património Cultural (07.01.02.) consolidará o trabalho em curso e clarificará alguns projectos necessitados de definição.*

##### *3.2.07.02. Desporto*

*Vamos continuar a priorizar esta área de actuação municipal que queremos com uma importância acrescida. Se as actividades diárias, quer de iniciativa municipal quer de instituições e munícipes, têm um relevo e uma participação significativas – que, contudo, podem ser expandidas -, são os equipamentos que concentram grandes esforços e investimentos.*

*O Programa de Dinamização de Actividades (07.02.01.) assegura a continuidade e a expansão do que se vem fazendo, dando uma especial atenção à componente de formação e lançando novos projectos dirigidos a sectores específicos.*

*No Planeamento (07.02.02.) propomo-nos avançar para a elaboração da carta desportiva do concelho.*

##### *3.2.07.03. Tempos Livres e Lazer*

*Não obstante aqui se explicita o trabalho da Oficina da Criança (que tem claro impacto nas áreas da cultura e da educação), pretende-se avançar com novos projectos fruto da reflexão efectuada e aprofundar a reflexão sobre a intervenção municipal programada de tempos livres e lazer noutros sectores sociais.*

##### *3.2.07.04. Equipamentos*

*Pela importância que assumem do ponto de vista estruturante e pelos recursos de investimento que exigem, entendemos individualizar aqui os equipamentos.*



*Os Programas de Equipamentos Culturais e de Lazer (07.04.01.) e Equipamentos Desportivos (07.04.02) explicitam quer o funcionamento dos existentes quer o investimento em curso e previsto a este nível.*

### *3.2.07.05. Apoio às Associações*

*Definimos uma linha clara de reforço do apoio ao movimento associativo com vista à manutenção, criação e expansão de actividades mas também de consolidação das estruturas associativas. Mantemos como princípios fundamentais o respeito pela autonomia associativa e o tratamento igual às associações.*

*Vamos continuar o Programa de Apoio à Construção e Beneficiação de Equipamentos (07.05.01.), o Programa de Apoio às Actividades dos Clubes e Associações Desportivas (07.05.02.) e às Associações Culturais (07.05.03.).*

### *3.2.07.99. Projectos Inovadores*

*Tendo-se verificado um atraso em 2002 decorrente da clarificação do projecto e candidatura ao Arquivo Municipal, mantemos que a grande aposta, virada para o incremento do associativismo (07.99.01.), é o início da implementação do Centro de Apoio ao Movimento Associativo que se configura a dois níveis: um gabinete de apoio técnico e um espaço físico de apoio comum.*

### *3.2.09. Educação*

*As competências autárquicas incidem essencialmente no ensino pré-primário e no 1º Ciclo do Ensino Básico mas a nossa intervenção e apoio estende-se aos restantes níveis.*

*A trabalho da Câmara de Montemor-o-Novo no concelho é reconhecido nesta área. Mantemos e reforçamos o que de positivo se vem realizando e avançamos com um ambicioso Programa de recuperação do parque escolar edificado que aguarda decisão de financiamento comunitário.*

*A elaboração da Carta Escolar do Concelho bem como outros programas mantêm-se como opção para 2003.*

*O Programa de Requalificação de Equipamentos Escolares (09.01.01. e 09.01.02.) continuará em curso.*

*O Programa de Acção Social Escolar (PA-09.02.01.) e o Programa de Transportes (PA-09.02.02.) manterá a concessão de um imenso apoio social.*

*O Programa de Dinamização de Actividades (09.03.) quer desportivas (09.03.01.) - em que para fazer face ao esquecimento a que a administração central tem votado o desporto escolar, a Câmara vem procurando dar algum contributo -, quer culturais (09.03.02.) - com uma enorme e inabitual oferta -, quer recreativas (09.03.03.) será continuado.*

*O âmbito de Outras Actividades (PA-09.04.), destaca-se o apoio a alunos do Ensino Superior e ao Ensino Recorrente.*

### *3.2.08. Reforço do Apoio ao Movimento Associativo*

*O movimento associativo é aqui entendido em sentido lato, isto é, não abrange apenas as colectividades culturais, desportivas e recreativas mas todo o tipo de associativismo sem fins lucrativos que, de algum modo, se reconheça importante para o nosso concelho.*

*O que atrás foi dito apenas para aquelas colectividades deve ser entendido como extensivo a todo o movimento associativo.*

*Hoje, a complexidade da situação do movimento associativo aconselha a que se prolongue o esforço para um profundo conhecimento da realidade e a busca comum de respostas aos problemas existentes.*

*Vamos procurar, em diálogo, formas novas e adequadas para reforço do apoio ao Movimento Associativo numa perspectiva de dinâmica local.*

### *3.2.09. Dinamização e Apoio a Iniciativas e Acções de e para a Juventude*

*Não obstante o conjunto de actividades municipais (ou em parceria) que se dirigem para/ou à Juventude e que, de alguma forma, se vão mantendo, há que reconhecer insuficiências nesta área da nossa actividade que não ultrapassámos em 2002.*

*Dois projectos necessitam de concretização em 2003 para que se inicie um novo ciclo da política municipal nesta área.*

*O primeiro, a conclusão da renovação do Centro Juvenil (PPI-07.04.01), instalando-o em definitivo no antigo “colégio”, retomando e dinamizando (PA-08.01.01), naquela base, programas dirigidos aos jovens ou de sua iniciativa.*

*O segundo, a preparação de um Fórum da Juventude que, garantindo ampla participação juvenil, permita identificar e apontar perspectivas de trabalho para a juventude e com a juventude.*

*Estabelecer, com a participação dos jovens, uma política municipal clara e eficaz para a juventude é opção central.*

### *3.2.10. Solidária Acção Social*

*Os problemas sociais existentes no concelho, na sua esmagadora maioria resultantes de uma profunda assimetria na distribuição do rendimento nacional, com reflexos em amplos sectores sociais que sobrevivem com valores irrisórios e indignos, tem motivado uma crescente intervenção camarária.*

*Sendo clara a responsabilidade determinante do Poder Central nesta matéria, a Câmara tem diagnosticado e denunciado a situação, tem assumido a conseqüente acção reivindicativa, tem apoiado as justas reivindicações dos montemorenses e das suas instituições.*

*Paralelamente, e de acordo com as limitadas competências de que dispõe, a Câmara tem-se predisposto para a cooperação activa em iniciativas da Administração Central, tem apoiado (das mais diversas formas) as instituições concelhias, tem dinamizado e apoiado a criação de novas instituições.*

*Igualmente, desenvolve directamente programas e medidas que visam minorar aqueles problemas.*

*Propomo-nos, assim, manter o esforço de apoio e intervenção que vimos assegurando, com bons resultados, nesta área.*

*Destaca-se o Programa de Apoio a IPSS(s) (10.01.01.) que está, sobretudo, virado para a construção e instalação de centros de dia, lares e outras valências. Ainda a relevar a participação em projectos de parceria com outras entidades.*

*Propomo-nos implementar o projecto Rede Social que entendemos ser um instrumento fundamental de coordenação de esforços entre instituições e de intervenção integrada nesta área. De igual forma, iremos promover o Plano Municipal de Prevenção Primária das Toxicodependências.*

*Manteremos o apoio às comissões e associações de reformados, pensionistas e idosos com quem procuraremos discutir a criação de programas regulares de animação, prevenção e outros.*

*É nossa opção programática intensificar a solidária acção social quer por iniciativa municipal quer através de parcerias.*

### *3.2.11. Melhor Protecção Civil e Segurança*

*A responsabilidade pela Protecção Civil (PA-11.01.) tem vindo a recair sobre as autarquias locais e os Bombeiros sem que da parte do Poder Central se defina uma política clara que delimite responsabilidades, identifique meios, disponibilize recursos.*

*No distrito, temos sido pioneiros no que respeita à protecção civil. Fomos dos primeiros a criar o Centro de Emergência de Protecção Civil; fomos dos primeiros a elaborar o Plano de Emergência Concelhio de Protecção Civil; mantemos uma actividade regular no concelho e uma excelente coordenação e cooperação com os Bombeiros Voluntários com quem assinámos um Protocolo que contempla estas matérias.*

*O nosso Programa de Protecção Civil (PA-11.01.01.) centrar-se-á na exigência de uma política nacional clara que delimite responsabilidades e nos disponibilize os necessários recursos, no funcionamento regular do Centro, no reforço do apoio aos nossos Bombeiros Voluntários secundando-os na exigência de financiamento para a remodelação do Quartel e ainda no reforço da coordenação municipal da Protecção Civil e na revisão do Plano de Emergência Concelhio.*

*A Segurança Pública (PA-11.02.) é responsabilidade primeira do Poder Central. Temos vindo a assistir a uma preocupante diminuição dos efectivos da GNR com clara quebra dos níveis de prevenção e segurança necessários à cidade e ao Concelho. Por outro lado, crescem manifestações de actividades atentatórias de um são clima social na comunidade com a conseqüente insegurança. Em 2003, teremos que prestar reforçada atenção àquelas questões. Deverá sobrelevar-se que a colaboração entre a Câmara e o comando da GNR se tem mostrado decisiva para actuar com eficácia sobre problemas que regularmente o Concelho defronta. Consideramos esta colaboração – que exige um esforço continuado de ambas as instituições – determinante para a nossa segurança. Convirá registar que a Câmara tem apoiado – sem que tivesse tal obrigação – a modernização de instalações da GNR o que tem permitido, por exemplo, manter ou reforçar efectivos.*

*Propomo-nos manter esta política de acção e assegurar o funcionamento do Conselho Municipal de Segurança.*

*Vamos contribuir para melhor Protecção Civil e Segurança no concelho.*

*Este Orçamento, o primeiro em que o POCAL cobre o exercício anual completo, contém substanciais, e em geral positivas, alterações mas cujo reflexo só agora se inicia. Entretanto, o classificador das rubricas económicas do POCAL voltou a ser profundamente alterado face a 2002.*

*Vamos continuar a fazer a adaptação ao POCAL de forma gradual mas aprofundando já um conjunto de procedimentos que reputamos de fundamentais para se começar a tirar benefícios para a gestão daquele instrumento.*

#### *4.1. Situação Económico-Financeira da Câmara*

*A Câmara apresenta uma boa situação económica e financeira que se traduz, nomeadamente, por uma dívida corrente equilibrada, por um endividamento baixo e beneficiando de excelentes taxas bonificadas (ver Mapa dos Encargos Anuais a Satisfazer com a Liquidação de Empréstimos), por uma capacidade de endividamento que se situa muito abaixo do limite legal, numa menor dependência dos FGM, FCM e FBM.*

*Contudo, o volume de projectos e acções em conclusão, em curso ou a lançar onde avoluma um conjunto de obras de cariz estruturante (Piscinas Recreativas, Parque Escolar, Parque de Exposições, programa do Castelo, piscina coberta, qualificação urbana, instalações municipais, edifício das Finanças, arruamentos, etc.) obriga a um grande esforço de investimento cujo financiamento depende de diversas origens (fundos comunitários e nacionais, locação financeira, etc.). Esperamos que o III QCA disponibilize as verbas esperadas.*

*Entretanto, o Governo insistiu e manteve o Art.º 18º do Orçamento de Estado para 2003 que limita drasticamente a capacidade e a possibilidade de financiamento das Autarquias Locais através de créditos. Esta imposição afecta, sobretudo, Câmaras que, como a nossa, têm sabido manter uma dívida equilibrada e uma reserva de financiamento para obras consideradas fundamentais. Seremos, pois, afectados negativamente nos nossos investimentos podendo mesmo estar em causa a integral utilização das verbas comunitárias do III QCA.*

*Temos vindo, com êxito, a apostar – no que da Câmara depende e mantendo uma invejável situação económico-financeira – num salto qualitativo global do concelho e da qualidade de vida das populações.*

#### *4.2. Receitas*

*A nova Lei das Finanças Locais que inicialmente perspectivou um aumento das transferências do O.E. na ordem dos 22,3% - o que ainda assim não repunha a capacidade perdida por anos de não aplicação da anterior Lei nem cumpria as promessas governamentais de duplicação das verbas para as autarquias -, tem na prática mostrado as limitações que lhe apontámos. Infelizmente, o Governo retoma o mau hábito de cariz centralista de suspender, através das Leis do Orçamento de Estado (primeiro no Orçamento Rectificativo e, agora, de forma ainda mais grave no OE para 2003), a aplicação da Lei das Finanças Locais.*

*O Governo vem, assim, confirmar e reforçar as orientações centralistas para as quais já tínhamos alertado. Opção tanto mais grave quanto as verbas destinadas ao Poder Local representam em Portugal, recorde-se, 10% da despesa para uma média da UE superior a 14%.*

*Há, portanto, que afirmar com clareza que só aceitaremos transferências de novas competências se acompanhadas dos meios necessários à sua cabal execução. A verificar-se tal transferência teremos que, em tempo, proceder à respectiva adequação orçamental.*

*Continuamos a aguardar e a exigir uma reforma fiscal que despenalize os portugueses de menores recursos e aplique um sistema progressivo. É particularmente chocante que, por exemplo, a Contribuição Autárquica coloque a posse de habitação própria a pagar mais do que a grande propriedade fundiária. Um novo factor de distorção tem vindo a afectar recentemente a pequena propriedade: as novas reavaliações. A Câmara, ainda que sem competência e responsabilidade nesta matéria, propõe-se manter a redução da taxa procurando assim minorar um pouco este problema. Tal significará uma receita mais baixa em cerca de 1/3 ( $\pm$  15 mil contos) o que se traduzirá na não realização de algumas pequenas obras de urbanização.*

*Haverá ainda a realçar a necessidade de introdução de uma nova tarifa para tratamento e deposição dos resíduos sólidos urbanos. Decorre da entrada em funcionamento do Aterro Sanitário de Évora no âmbito da concretização do Plano Director de Resíduos Sólidos do Distrito que, na base da criação de uma empresa inter-municipal de gestão, transporta, trata e deposita os lixos de 12 concelhos do distrito. A nova tarifa, cuja entrada em vigor é concertada no distrito (excepto para os concelhos que já a tinham implementado), não vai no nosso Concelho cobrir sequer a totalidade dos custos adicionais que a Câmara vem suportando com os lixos que entrega desde início de 2002 no Aterro Sanitário de Évora.*

*Admitimos ainda que, face à quebra da actividade económica, possa não se atingir a cobrança de receitas projectada.*

*O total das receitas previstas ascende a € 21.315.980,00 euros sendo € 10.833.811,00 correntes e € 10.482.169,00 de capital. Este ambicioso volume de receita só será atingido se for possível assegurar o elevado financiamento comunitário e nacional previsto. Acautelando esta previsão, o PPI incluído nas Opções do Plano assinala com \* as acções que só se concretizarão mediante a obtenção daquele financiamento. Correspondendo aquelas acções a valores que ascendem a cerca de € 4 milhões de euros compreender-se-á a insistência nesta vertente. Por outro lado, a realização dos níveis previstos de alguns impostos, como a Sisa, mantém grande imprevisibilidade.*

*Pretendemos recorrer, apesar das dúvidas que o OE/2003 nos deixa, à anunciada linha de crédito para investimentos financiados pelo III QCA supostamente com condições mais favoráveis que as detidas actualmente.*

*A captação de receita quer própria quer em parceria (AMDE, autarquias, instituições) continuará como uma das mais importantes vertentes da nossa gestão.*

#### *4.3. Despesas*

*Por obrigação legal, o total das despesas terá que igualar as receitas previstas sem que se evidencie o eventual défice ou superave a assumir. Não tem sentido falar sequer na distinção entre despesas correntes e despesas de capital porque, por lei, somos obrigados a incluir reais despesas de investimento (por exemplo, de pessoal) em correntes. Por estas e outras razões, já antes invocadas noutros documentos, o Mapa Resumo das Despesas/Classificação Económico-Orgânica ou o Mapa Resumo das Despesas Segundo a Classificação Funcional não podem ter uma leitura directa que induz erros objectivos. Este é um dos problemas que se mantém com o POCAL.*

*Destacaremos, pois, alguns dos investimentos mais vultuosos: Instalações Municipais ( 962,5 mil Euros), renovação do Parque Escolar (1.422 mil Euros), Reabilitação Urbana por todo o concelho (791,6 mil Euros), Piscinas Recreativas/Parque Urbano (1,55 milhões de Euros), início da remodelação do Cine-Teatro Curvo Semedo ( - \* - 100 mil Euros), saneamento básico incluindo Etars em Montemor, Silveiras, Lavre, Escoural, S. Cristóvão e Casa Branca ( - \* - 503 mil Euros), início da remodelação da Estrada Silveiras/Cabrela ( - \* - 100 mil Euros), início da pavimentação da Estrada da Pintada ( - \* - 50 mil Euros), Castelo ( - \* - 150 mil Euros), Planos e Projectos (145 mil Euros), Pavilhão Gimno-Desportivo (50 mil Euros), Ambiente (100 mil Euros), Resíduos Sólidos (220 mil Euros). O apoio directo aos montemorenses e às suas instituições está disperso por várias rubricas mas ascenderá, pelo menos, a 1 milhão de Euros.*

*Finalmente, ainda um destaque para a descentralização para as freguesias. Continuamos a reforçar a descentralização, nomeadamente, com os Protocolos de Descentralização. A Câmara continua a assumir o compromisso de garantia do nível de financiamento das Juntas de Freguesia (sustentando assim a excelente actividade que desenvolvem) quer aumentando o montante anterior em 3% quer prevendo acordos específicos (transportes escolares, obras de média dimensão, etc.). O valor global para esta descentralização corresponderá a cerca de 500 mil Euros.*

#### *4.4. Operações de Tesouraria*

*Os valores movimentados através de Operações de Tesouraria têm vindo a atingir montantes absolutos e saldos médios elevados que aconselham uma gestão rigorosa que possa obter, dentro das condicionantes legais, benefícios financeiros. Em 2003, continuaremos a melhorar este tipo de gestão.*

*As Propostas de Opções do Plano e Orçamento para 2003 mantêm metas ambiciosas que pretendem responder às principais necessidades do Concelho tendo em conta, por um lado, os poucos recursos que nos são disponibilizados e, por outro lado, a captação possível de financiamentos nomeadamente através do III Quadro Comunitário de Apoio da União Europeia. Num ano de retracção económica, tudo faremos para que avancem projectos concelhios financeiramente pesados mas inquestionavelmente necessários ao Concelho.*

*Com ambição e realismo, continuaremos a pugnar pelo promoção e prestígio de Montemor-o-Novo em termos regionais, nacionais e internacionais e a dar um importante contributo para o desenvolvimento e para uma melhor qualidade de vida no Concelho.”*

*Intervieo depois o senhor Vereador Jorge Queiroz para dizer que os documentos em análise, mais que o Plano e o Orçamento são a verdadeira radiografia da estratégia municipal e dos resultados obtidos. Relativamente às prioridades e à hierarquia dos investimentos que as contas expressam os Vereadores eleitos pelo MCPM manifestam o seu completo desacordo, dado que neste se verifica a continuação da desvalorização das actividades geradoras de desenvolvimento económico e social e do emprego, a pouca*

solidariedade com os mais desfavorecidos e o adiamento de investimentos absolutamente necessários à qualidade de vida das populações, como o saneamento básico, esgotos e tratamento de águas.

Seguidamente o senhor Vereador Queiroz enumerou algumas das situações que considerou dignas de realce nos documentos em apreço: O peso da despesa municipal encontra-se centrada na máquina da autarquia, em termos do seu funcionamento; Algumas despesas ligadas a diversas áreas não estão suficientemente clarificadas (página quatro); A despesa afecta à recuperação do património tem um valor bastante reduzido; Não se encontram identificados os planos e projectos constantes da página onze; O valor despendido com acessórios para máquinas e viaturas é insignificante a avaliar pelo valor inscrito na página treze da conta de gerência, o mesmo se passando com a verba gasta no Programa RECRUA de apenas cento e três mil euros (página catorze); Contrariamente, o valor gasto com a rubrica do Parque Urbano de setecentos e vinte e quatro mil euros é substancialmente elevada, quando comparado com o valor empregue durante o ano no reforço e abastecimento de água à cidade e freguesias; Também na página dezasseis do referido documento surge um valor de cerca de quinhentos e cinquenta e nove euros gastos na ZIA o que disse ser irrisório; Da página dezanove consta a designação de Plano Concelhio de Defesa do Ambiente com uma verba inscrita de duzentos e quarenta e quatro mil euros, solicitando informação sobre a criação de tal Plano; Na página vinte e dois o valor registado como despesa com espectáculos cifra-se em duzentos e cinquenta e quatro mil euros, acrescido de um outro valor de trezentos de trinta e oito mil euros relativamente ao qual solicitou informação sobre o que se trata; Na última página encontra-se inscrito um valor de quinhentos e oitenta mil euros numa rubrica que está indefinida; O FEDER apresenta uma baixa taxa de execução; Na contracção de empréstimos verifica-se uma forte expressão com o financiamento contraído para as piscinas, significativamente mais elevado que o valor gasto em saneamento básico.

Referiu por último o senhor Vereador Queiroz que por um lado os documentos apresentam dificuldades de identificação das acções e que por outro lado as opções da maioria na Câmara, não correspondem às necessidades mais prementes da população.

Usou depois da palavra o senhor Presidente para dizer que, sendo claramente diferentes os projectos políticos, quanto à questão das prioridades e da forma como a questão foi colocada disse não considerar que exista uma diferença considerável de conteúdo, mas sim de forma.

Referiu depois que um dos principais problemas do concelho, resultante quer do período da ditadura quer, mais recentemente, das políticas de sucessivos Governos, está relacionado com a desertificação social que foi travada no concelho na última década e que é agora necessário tentar inverter essa tendência, havendo no entanto que contar com uma componente negativa do sector primário, o qual tem vindo a decrescer significativamente o emprego e a estagnar a actividade produtiva. A esse nível a Câmara poderá intervir no sentido de ajudar a resolver o problema mas não possui um papel determinante na sua resolução. Como exemplo referiu o facto de no decurso do ano passado ter-se registado no concelho a expansão de uma empresa existente e a criação de outra nova empresa na área da industria corticeira, as quais irão criar cerca de cem novos postos de trabalho. Disse ainda que também na ZIA estão a ser criados alguns novos postos de trabalho, situações que constituem um importante esforço da autarquia, estando no entanto longe de estarem conseguidos os objectivos em tal domínio.

Relativamente à qualidade de vida no concelho em termos ambientais disse o senhor Presidente discordar da opinião defendida pelo senhor Vereador Queiroz, dado que o assunto foi largamente discutido ao longo do ano transacto, sendo enorme o esforço que a autarquia tem desenvolvido nesta área, limitada pelos entraves que lhe têm sido criados, com particular destaque para a quebra forçada pelas Câmaras PS, do consenso que se verificava ao nível das autarquias do distrito, motivada pela pressão do então Ministro do Ambiente, José Sócrates, forçando à opção das autarquias pelo sistema da sua preferência, o multimunicipal com o objectivo da sua posterior privatização, conduzindo o processo de tal forma que as candidaturas nacionais ao Fundo de Coesão estão neste momento bloqueadas, colocando em causa cerca de duzentos milhões de contos de financiamentos.

Situação idêntica se passa em relação à habitação social, cuja responsabilidade cabendo ao poder central, e têm-se no entanto revelado inoperacional nesta região, não obstante também nesse domínio a autarquia já ter avançado por iniciativa própria com o Programa Municipal de Recuperação de Habitação Degradada.

No tocante à invocada dificuldade de identificação das acções nos documentos em análise disse o senhor Presidente que tal decorre da estrutura legal a que os mesmos têm que obedecer, não podendo ser feita uma leitura directa da Conta de Gerência, dado existirem por exemplo despesas classificadas como correntes, que na realidade são despesas de capital, mas que não poderão ser consideradas de forma

diferente, situação que se verifica também com outras rubricas, referindo que nas Câmaras onde a administração directa tem maior peso deveria haver a possibilidade de classificar as despesas de forma diferente.

Abordando genericamente todas as questões colocadas o senhor Presidente referiu:

- Relativamente à especificação das despesas, tudo o que não for possível classificar nas rubricas devidamente identificadas pelo POCAL deverá ser afecto a rubricas residuais, habitualmente contendo a designação de “diversos”, avolumando significativamente os montantes dessas rubricas aglutinadoras;

- Sobre o valor investido na área do património referiu que embora sendo desejável a existência de um valor mais avolumado, há no entanto valores contabilizados em serviços operacionais que permitiram assegurar a intervenção no Convento da Saudação, a limpeza de Sítios Megalíticos e outras acções congéneres que não aparecem reflectidas especificamente na Conta de Gerência;

- No que concerne à questão colocada sobre Planos e Projectos, disse tratar-se que valores gastos em projectos adquiridos no exterior;

- Quanto aos valores gastos com viaturas disse que tem sido feito um esforço para controlar tal tipo de despesas, ainda que existam outros valores dissipados por outras rubricas, para além das oficinas da própria Câmara também contribuírem em larga medida para solucionar muitos dos problemas que vão surgindo. Ainda que as viaturas municipais sejam relativamente novas, existem no entanto algumas a necessitar de substituição.

- No que se refere ao abastecimento domiciliário de água disse o senhor Presidente que todos os aglomerados populacionais se encontram servidos pela rede pública, estando agora a Câmara a efectuar o abastecimento domiciliário de água a zonas rurais onde existiam marcos de água;

- No tocante ao saneamento disse registar-se algumas faltas na cobertura do concelho, sobretudo no que se refere a ETAR's, não obstante todas as zonas urbanas se encontrarem já servidas pela rede primária. Ainda assim se forem somados todos os valores gastos em saneamento e água, o resultado é superior ao valor gasto nas piscinas;

- Sobre a ZIA disse terem sido realizadas várias intervenções através de administração directa, razão pela qual o investimento realizado não aparece reflectido explicitamente na Conta de Gerência. Os principais esforços estão apostados em captar o indispensável investimento;

- Em termos ambientais no concelho, foram, entre outros, colocados em prática os projectos Life Ambiente e ainda o Núcleo Interpretativo dos Sítios de Monfurado e Cabrela/ Rede Natura 2000. Por outro lado clarificou também que o Plano Director de Resíduos Sólidos do Distrito de Évora, é constituído pelo Aterro, Estações de Transferência, Selagem das Lixeiras e todas as demais componentes do referido P.D.R.S.D.E., não se tratando de um Plano cuja intervenção fique limitada ao concelho;

- Quanto ao FEDER afirmou o senhor Presidente que a autarquia não dispõe de um baixo nível de execução como fora afirmado, pelo contrário a execução do aprovado é das mais elevadas, existindo antes um conjunto de verbas que se cifram na ordem dos trezentos mil contos que estão por receber, para além de haver projectos nessa área que aguardam aprovação há bastante tempo, factores esses que deverão ser tidos em conta na análise do nível de execução da referida linha de financiamento, para que a informação daí resultante não saia distorcida.

- Referente à questão dos empréstimos contraídos disse o referido edil que a autarquia está muito aquém do limite legal, situando-se em cerca de 11,6%, quando poderia chegar ao limite máximo de 25%. Há contudo (disse) investimentos em diversas áreas que continuam a aguardar por autorização para poderem avançar, como é o caso dos sistemas municipais de água e saneamento por via do PORA, continuando a autarquia impedida pelo governo de os poder concretizar, mesmo tendo essa possibilidade.

Usou depois da palavra o senhor Vereador Agostinho, começando por dizer que a escassez de investimento na área ambiental e de saneamento, embora podendo actualmente ser justificada com o bloqueamento de financiamentos, não encontra contudo justificação para não ter sido efectuado em anos anteriores, situação que disse lamentar. Contrariamente, em termos de abastecimento de água a Câmara conseguiu um excelente nível de execução, afirmando no entanto que a autarquia não poderá cair em controversos luxos que contrapõem com as necessidades básicas do concelho.

Trata-se assim de uma questão de prioridades. As piscinas são uma obra com custos elevados, que não veio colmatar as necessidades, encontrando-se encerradas durante nove meses durante o ano, quando se poderia ter optado por esse investimento na área do saneamento.

Por outro lado a habitação social é inexistente. Existe uma prioridade em organizar na autarquia um departamento social, não estando a ser dados os apoios a que é necessário atender, designadamente em relação a apoios a necessidades que existem no município.

No que se refere à Z.I.A. disse o senhor Vereador Agostinho que a imagem dada por aquele espaço é um cartão de visita para captação ou não de empresas e investimentos para o concelho. Na década de noventa foram instaladas na mesma apenas sete empresas, o que diz bem da falta de dinamismo que lhe está associada. Para incremento, dinamismo e maior atractividade do referido Parque Industrial o MCPM sempre tem sugerido a criação de uma unidade de gestão com a participação dos empresários.

Quanto à estrada Silveiras-Cabrela a verba aplicada na referida via de comunicação durante o ano transacto foi cerca de cinquenta por cento do valor orçado, valor que já por si era insuficiente.

Referindo-se depois à Apormor disse o senhor Vereador que tendo-se as relações institucionais normalizado com a Câmara, o espaço envolvente continua por arranjar, apesar de haver verba prevista para o efeito.

Voltou a intervir o senhor Vereador Jorge Queiroz para afirmar que pela análise dos Censos de 1991 e 2001 Montemor-o-Novo perde sucessivamente população, o índice de envelhecimento é dos mais elevados do Alentejo, a densidade está agora nos catorze habitantes por quilómetro quadrado, o processo de desertificação continuou. Não é verdade que tenha sido travada a recessão demográfica. As perdas de população estão muito longe de ser compensadas por alguns postos de trabalho criados no concelho, os quais merecem uma observação mais fina das actividades desenvolvidas. Não se poderá omitir que na década de noventa se viveu num contexto de crescimento da economia a nível nacional e de disponibilidade de fundos estruturais. Nesse período poucas empresas se fixaram no concelho e a população activa jovem continuou a sair.

Afirmou o senhor Vereador Jorge Queiroz que os políticos têm de enfrentar a realidade com objectividade e verdade, a única forma de encontrar soluções adequadas para os problemas sociais e do desenvolvimento. Existem por exemplo neste município bolsas de pobreza que é possível erradicar com aplicação de políticas públicas de âmbito local com apoios nacionais e europeus disponíveis.

No âmbito do património é um facto que Montemor tem um enorme património histórico-monumental em todo o concelho, para o qual se reconhece que a Câmara não disporá de verbas suficientes de reabilitação. Neste caso há que procurar sinergias com outros parceiros públicos e privados, sendo incompreensível a situação de S. Pedro da Ribeira e do fresco quinhentista, há anos votados ao abandono e à incúria.

Concluiu dizendo que os eleitos do MCPM na Câmara têm procurado ajudar com ideias e críticas construtivas, sendo nesse sentido que mais uma vez realçam os aspectos que no seu entender devem ser objecto de correcção e/ou de uma maior atenção.

Questionou depois o senhor Vereador Agostinho Simão se a projecção em termos de receita terá correspondido de uma forma equilibrada ao que estava previsto, quando se verifica um défice de três vírgula sete milhões de contos.

Voltou a intervir o senhor Presidente para dizer que relativamente às questões de saneamento não partilha da opinião do senhor Vereador Agostinho, porque a Câmara tem, ao longo dos anos, investido muito e dado existir uma história por detrás de todo o processo, exemplificando que em determinada altura os projectos das ETAR's deixaram de ser financiados, o que permitiu a algumas autarquias efectuar Contratos-programa para concretizar esses investimentos, levou a que o município de Montemor ficasse impedido de o poder fazer, devido ao facto de possuir uma taxa de cobertura superior à que se verificava a nível nacional, penalizando-o dessa forma comparativamente com aqueles a quem foi permitido celebrar os referidos Contratos-programa.

Disse depois o senhor Presidente que as piscinas constituem um investimento estruturante para Montemor, que veio permitir o aumento da qualidade de vida, criando uma zona social e um polo de atracção para a cidade.

No que concerne à reparação da estrada Silveiras/Cabrela o que estava definido na proposta de Plano de Actividades é que a obra só avançaria se obtivesse financiamento e o valor constante da Conta de Gerência acaba por não reflectir todo o trabalho que entretanto lá foi desenvolvido.

Acerca das questões da Apormor disse o senhor Presidente que está em curso o processo de negociação na sequência da normalização das relações institucionais, tendo a referida instituição apresentado a sua posição sobre o arranjo do espaço envolvente, relativamente à qual a Câmara apresentou também a sua proposta, aguardando-se neste momento por uma definição sobre o assunto por parte da Apormor.

Relativamente à referida e eventual sobreavaliação das receitas disse o senhor Presidente que existiu um conjunto de rubricas e de intenções de investimento no Plano de Actividades e no Orçamento, devidamente identificadas com asterisco, que foram abertas para permitir que em caso de aprovação das candidaturas apresentadas a financiamento, as obras pudessem ser executadas, porque caso contrário os financiamentos nunca poderão ser aprovados e as obras ficarão conseqüentemente por concretizar. Devido a esse facto verifica-se que no ano transacto a receita arrecadada foi em valor inferior ao previsto, dado que muitas das candidaturas apresentadas a financiamento não foram aprovadas e por conseguinte tais verbas que deveriam ter sido recebidas e que não o foram, influenciaram negativamente o valor global da receita arrecadada.

No tocante à perda de população no concelho, referiu o senhor Presidente que os dados do I.N.E. apontam para uma perda importante (- 1578) na década de oitenta, acompanhando a liquidação da Reforma Agrária, e para uma estagnação (- 54) na última década que traduz claramente a travagem da desertificação social, preconizando que neste campo os dados fornecidos pela estatística deverão ser lidos de forma contínua e relativa e não em termos absolutos como foi feito pelo senhor Vereador Queiroz.

No tocante às questões da área social disse por um lado o senhor Presidente que têm sido definidas e aplicadas prioridades neste domínio, e ainda recentemente se fez por iniciativa da CDU uma importante discussão na Assembleia Municipal, e questionou por outro lado se todos os problemas nesta área terão de encontrar resposta na autarquia, desresponsabilizando-se os Governos pelas políticas que induzem problemas sociais, e se nessa perspectiva a Câmara deverá passar a abdicar de exercer o seu direito reivindicativo junto do poder central.

Ainda assim o senhor Presidente não deixou de referir que em tal âmbito e no caso concreto da construção de lares no concelho, existe um trabalho importante realizado no concelho, cuja concretização obteve um apoio substancial da Câmara, questão considerada fulcral, numa área que está a agravar-se.

Sobre as questões de património referiu o senhor Presidente que relativamente à Igreja de S. Pedro onde se encontram os “frescos”, foi assumido pela autarquia a intenção de estudar o arranjo da zona envolvente, tendo o projecto de valorização do referido monumento sido recentemente discutido com um catedrático da Universidade de Barcelona.

Terminou a sua intervenção afirmando que a Câmara gozando de uma situação muito favorável em termos de endividamento, cujo limite continua muito abaixo do máximo legalmente permitido, tem possibilidades de incrementar o investimento municipal.

Declaração: A Câmara deliberou por maioria, com os votos contra dos senhores Vereadores Leonardo Maia, Jorge Queiroz e Agostinho Simão, aprovar o Relatório de Actividades de dois mil e dois, conforme documento que foi rubricado por todos os eleitos presentes e nos termos da lei aqui se dá por integralmente transcrito.

Igualmente por maioria e também com os votos contra dos senhores Vereadores Leonardo Maia, Jorge Queiroz e Agostinho Simão, a Câmara deliberou aprovar a Conta de Gerência de dois mil e dois, conforme documento que foi rubricado por todos os eleitos presentes, o qual nos termos da lei aqui se dá por integralmente transcrito.

A matéria em análise deverá agora ser submetida a aprovação da Assembleia Municipal nos termos da lei.

Sobre o Relatório de Actividades e Conta de Gerência de 2002, os eleitos do MCPM apresentaram a seguinte Declaração de Voto:

*“Os documentos propostos de Relatório de Actividades e Contas de Gerência 2002 apresentados para análise e deliberação na reunião da Câmara Municipal de 2 de Abril de 2003 mereceram da parte dos Vereadores eleitos pelo MCPM a seguinte análise e posição política:*

*O documento apresentado reflecte as reais opções e prioridades da maioria CDU/PCP na autarquia com expressão directa nos montantes canalizados para as diversas funções e áreas de intervenção da autarquia.*

*Na opinião dos Vereadores eleitos pelo MCPM as prioridades não correspondem às necessidades de desenvolvimento de Montemor-o-Novo e representam uma evidente desvalorização de políticas de coesão e solidariedade social e de qualidade de vida para o concelho.*

*Verifica-se o peso significativo das transferências da administração central e impostos directos e indirectos na receitas do município e o baixo nível de receitas próprias, também a realização de apenas 15 milhões dos 19 milhões de euros previstos em orçamento para as receitas do município.*



*Em relação ao FEDER dos 3 057, 504 euros em orçamento para 2002 apenas foram executados 604, 343 euros.*

*A nível do investimento público verificamos a secundarização das áreas com implicações mais directas no desenvolvimento do concelho como a dinamização económica e emprego (a zona industrial da Adua tem 559 euros registados !!!), a habitação com preocupações sociais (o RECRIA registou apenas 100 mil euros) e funções sociais decisivas como o apoio ao sistema de ensino (14 mil euros para escolas básicas e 58 mil para as cantinas). A qualidade de vida decorrente da resolução dos problemas de saneamento básico no concelho regista apenas 199 mil euros nas freguesias e 37 mil euros na cidade de Montemor.*

*A leitura dos documentos relativos às contas de gerência expressam que as prioridades da CDU/PCP vão para pagamento da máquina administrativa autárquica (quase 5 milhões de euros de salários e complementos e 500 mil euros de horas extras), para a propaganda e imagem (107 mil euros pagos a uma empresa publicitária e mais 335 mil em diversos) na aquisição de animação cultural (254 mil euros de espectáculos e mais 338 mil de diversos). Constatam-se valores residuais com o comércio URBCOM (4 mil euros), castelo (5 mil euros) e em várias outras áreas importantes.*

*As piscinas municipais têm imputados 724 mil euros de pagamentos, sobretudo de trabalhos a mais, enquanto o reforço de abastecimento de águas tem apenas 4 mil euros investidos.*

*Em relação às piscinas municipais, sem a valência de piscina coberta, elas representam quase dois milhões de euros de capital em dívida ou seja 66% do endividamento total da autarquia. O endividamento com saneamento básico tem apenas registados 73 mil euros na Amoreira da Torre e águas residuais Montemor / Ciborro ou seja 2,5% do total, o que significa um enorme desajustamento nas prioridades estratégicas.*

*Por estas razões os Vereadores eleitos pelo MCPM votam contra a aprovação do relatório e contas de gerência 2002.”*

Os eleitos da CDU apresentaram em seguida a Declaração de Voto que abaixo se transcreve:

*1. Os Eleitos CDU aprovaram o Relatório de Actividades e a Conta de Gerência de 2002 porque aqueles documentos traduzem sinteticamente o trabalho desenvolvido, no primeiro ano do actual mandato, na aplicação de uma estratégia de desenvolvimento do Concelho – no que da Câmara depende – dirigida a toda a população (e recusando servir interesses particulares ou de grupo) e que emana do programa que os Montemorenses sufragaram nas eleições autárquicas. Num ano de forte contracção económica e agravamento dos problemas económico-sociais da generalidade dos Montemorenses, e tendo assumido atrasos e deficiências no trabalho, foi possível assegurar um elevado nível de concretização do proposto. Para além da já normal mas relevante actividade regular em todas as áreas, destaca-se, nomeadamente:*

- a) A denúncia das políticas nacionais e comunitárias que afectaram o concelho e a maioria da sua população e a exigência de políticas de desenvolvimento regional que garantam mais investimento, mais produção e mais emprego em Montemor e no Alentejo;*
- b) O combate aos problemas sociais mais sentidos em Montemor como o desemprego, a falta de emprego para os jovens, a precaridade no trabalho, a situação dos reformados pensionistas e idosos, a toxicodpendência, etc que exigem novas políticas governamentais;*
- c) Uma gestão municipal democrática, aberta e participada pelos cidadãos;*
- d) A acção e o contributo para o desenvolvimento e a criação de emprego;*
- e) A aplicação de políticas de ordenamento do território, urbanismo e ambiente viradas para a elevação da qualidade de vida já existente no nosso concelho;*
- f) Um significativo desenvolvimento cultural, desportivo e recreativo garantindo o acesso de todos à sua fruição;*
- g) Uma importante acção social e apoio ao movimento associativo;*
- h) Uma continuada atenção e reforço da protecção civil e da segurança;*
- i) Uma empenhada participação no associativismo inter-municipal.*

*2. O Relatório de Actividades e a Conta de Gerência de 2002 incluíram ainda outras relevantes acções que merecem especial referência:*

- a) A conclusão da negociação para expansão da unidade industrial corticeira das Cortiçadas de Lavre e a instalação de uma nova empresa daquele ramo, com a perspectiva de criação de mais de 100 postos de trabalho bem como a concretização de outros investimentos nomeadamente na ZIA.*

- b) *O início da implementação do Plano Distrital de Resíduos Sólidos, passo decisivo para a resolução do que falta da recolha e tratamento dos lixos e a reformulação do processo de criação de um sistema inter-municipal, com nova candidatura ao Fundo de Coesão, para o abastecimento de água e tratamento de esgotos mantendo-se como serviços públicos e recusando a sua privatização (como defende o MCPM) que penalizaria gravemente os cidadãos;*
  - c) *A conclusão e entrada em funcionamento do novo Pavilhão Gimno-Desportivo;*
  - d) *As fases finais da Alteração do PDM e de Revisão do PU da cidade;*
  - e) *A inauguração do Núcleo Interpretativo dos Sítios de Monfurado e Cabrela (Rede Natura 2000) e o desenvolvimento do inovador projecto PIGS, virado para o combate e ordenamento das suiniculturas que constituem o principal problema ambiental do Concelho;*
  - f) *A recuperação de habitação degradada, a disponibilização de lotes municipais e a negociação para quebrar bloqueamentos à habitação;*
  - g) *A elaboração do projecto da Rede Social;*
  - h) *O reforço da descentralização para as Juntas de Freguesia.*
3. *Pugnando e fomentando a discussão e busca de soluções para os reais problemas dos Montemorenses e do Concelho em detrimento da pequena política e do acessório, iniciámos a concretização dos compromissos eleitorais e, com os Montemorenses, implementámos programas, projectos e acções que continuaram a garantir a elevação da qualidade de vida e um Concelho melhor.”*

## **2. ADMINISTRAÇÃO URBANÍSTICA**

### **A) PROCESSOS DE LICENCIAMENTO, REQUERIMENTOS E VISTORIAS**

Precedendo a apresentação dos processos no âmbito supracitado, o senhor Vereador Queiroz informou não participar na sua discussão e votação, atendendo ao facto de não ter recepcionado os referidos documentos por correio electrónico.

Seguidamente foi a senhora Vereadora Helena Paixão quem fez a apresentação dos seguintes processos:

#### **Processos de licenciamento**

De: CELESTINO LUIS DELCA DOS REIS, requerendo informação prévia sobre construção de habitação no prédio rústico denominado Chapada, freguesia de Nossa Senhora da Vila.

Tem parecer da D.A.U.

Data de entrada do requerimento: 25/02/2003

Deliberação: Deferido por unanimidade nas condições do parecer dos serviços da D.A.U.

De: FILIPE JOSÉ VITORINO LOPES, requerendo aprovação do projecto de arquitectura para a obra de alterações na moradia sita no prédio rústico denominado Vale Largo, actualmente Rua das Cortiçadas, freguesia de Cortiçadas de Lavre, tendo como técnico responsável José António Borla Mestrinho, número 305.

Tem parecer da D.A.U.

Data de entrada do requerimento: 29/01/2003

Deliberação: Deferido por unanimidade de acordo com o parecer dos serviços da D.A.U.

De: ARNALDO MANUEL FACAS, requerendo informação prévia sobre ampliação de moradia existente na propriedade denominado por Courela Nova das Silveiras, freguesia de Silveiras.

Tem parecer da D.A.U.

Data de entrada do requerimento: 7/01/2003

Deliberação: Deferido por unanimidade nas condições do parecer dos serviços da D.A.U.

De: JOAQUIM MARIA DE CARVALHO BARREIROS, requerendo aprovação dos projectos de arquitectura, especialidades e licenciamento da obra de construção de habitação a erigir no prédio rústico

denominado por Fazendinha, freguesia de Nossa Senhora da Vila, tendo como técnico responsável José Maria Dias de Oliveira, número 294.

Tem parecer da D.A.U.

Data de entrada do requerimento: 3/03/2003

Deliberação: Deferido por unanimidade de acordo com o parecer dos serviços da D.A.U e Termos de Responsabilidade do Técnico.

De: ISALINDO ANTÓNIO CARDOSO, requerendo aprovação do projecto de arquitectura para a obra de construção de uma arrecadação agrícola e portão de acesso, a erigir na Rua das Cortiçadas, número 4, freguesia de Cortiçadas de Lavre, tendo como técnico responsável Célia da Conceição Lopes Pedro.

Tem parecer da D.A.U.

Data de entrada do requerimento: 4/02/2003

Deliberação: Deferido por unanimidade de acordo com o parecer dos serviços da D.A.U

De: ANTÓNIO MARIA NETO CANDEIAS, requerendo informação prévia sobre ampliação e remodelação de habitação sita na Rua de D. Vasco, n.º 9, freguesia de Nossa Senhora da Vila.

Tem pareceres do IPPAR e da D.A.U.

Data de entrada do requerimento: 13/12/2002

Deliberação: Deferido por unanimidade nas condições dos pareceres do IPPAR e dos serviços da D.A.U

De: PALGEST – EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS, LDA., requerendo informação prévia sobre reconstrução e ampliação de um monte sito na Herdade do Cabeço do Mouro, freguesia de Nossa Senhora do Bispo.

Tem parecer da D.A.U.

Data de entrada do requerimento: 20/02/2003

Deliberação: Deferido por unanimidade nas condições do parecer dos serviços da D.A.U.

De: ARMANDO DIAS DA SILVA VIDAL, requerendo aprovação dos projectos de especialidades e licenciamento da obra de construção de moradia, anexo e muro de vedação a erigir no prédio rústico denominado por Courela da Caneira, freguesia de Foros de Vale de Figueira, tendo como técnico responsável Custódio José Oliveira Gervásio, número 295.

Data de entrada do requerimento: 26/03/2003

Deliberação: Deferido por unanimidade de acordo com os Termos de Responsabilidade do Técnico

De: MANUEL JOAQUIM LOPES BENGALINHA, requerendo aprovação do projecto de arquitectura para a obra de alteração e ampliação de moradia sita na Rua Fundador de Portugal, n.º 28 A, freguesia de Ciborro, tendo como técnico responsável Joaquim Mateus Carapinha Nunes, número 159.

Tem parecer da D.A.U.

Data de entrada do requerimento: 11/02/2003

Deliberação: Deferido por unanimidade de acordo com o parecer dos serviços da D.A.U

De: ISIDORO MANUEL JEREMIAS, requerendo informação prévia sobre construção de habitação a erigir no prédio rústico denominado por Courela da Fonte Boa, freguesia de Nossa Senhora da Vila.

Tem parecer da D.A.U.

Data de entrada do requerimento: 10/01/2003

Deliberação: Deferido por unanimidade nas condições do parecer dos serviços da D.A.U.

De: SARA RAFAELA VIEIRA MARTINS, requerendo aprovação do projecto de estabilidade e licenciamento da obra de construção de piscina a erigir na Rua 1.º de Maio, Beco 5, n.º 5, freguesia de Foros de Vale de Figueira, tendo como técnico responsável José António Borla Mestrinho, número 305.

Data de entrada do requerimento: 24/03/2003

Deliberação: Deferido por unanimidade de acordo com os Termos de Responsabilidade do Técnico.

De: DOMINGOS AUGUSTO GOMES PENICHE, requerendo informação prévia sobre construção de edifício a erigir no prédio rústico denominado por Quinta Seca, actualmente sito na Rua Joaquim José Varela, freguesia de Nossa Senhora do Bispo.

Tem parecer da D.A.U.

Data de entrada do requerimento: 9/01/2003

Deliberação: Deferido por unanimidade nas condições do parecer dos serviços da D.A.U.

De: ASSOCIAÇÃO 29 DE ABRIL e CRISTINA DA CONCEIÇÃO SILVESTRE, requerendo aprovação dos projectos de arquitectura, especialidades e licenciamento da obra de construção de instalações para aves a erigir no prédio rústico denominado por Courela à Ponte de Évora, freguesia de Nossa Senhora da Vila, tendo como técnico responsável Joaquim Mateus Carapinha Nunes, número 159.

Tem parecer da D.A.U.

Data de entrada do requerimento: 11/12/2001

Deliberação: Deferido por unanimidade.

De: JOSÉ LUIS TORRES, requerendo aprovação do projecto de estabilidade e licenciamento da obra de recuperação e construção de cobertura em pavilhão suinícola sito na Courela do Meio – Reguengo/S. Mateus, freguesia de Nossa Senhora da Vila, tendo como técnico responsável Jacinto Gameiro Costa, número 47.

Data de entrada do requerimento: 10/03/2003

Deliberação: Deferido por unanimidade de acordo com os Termos de Responsabilidade do Técnico

De: JOAQUIM JOSÉ CAPOULAS DE AVÓ FREIXO, requerendo aprovação do projecto de estabilidade e licenciamento da obra de substituição de madeiras por pré-esforçado da cobertura do edifício sito no prédio rústico denominado por Varelas de Cima, freguesia de Nossa Senhora do Bispo, tendo como técnico responsável Rui Manuel Charneca Germano Condeço, n.º 242.

Tem parecer da D.A.U.

Data de entrada do requerimento: 24/01/2003

Deliberação: Deferido por unanimidade nas condições do parecer dos serviços da D.A.U. e Termo de Responsabilidade do Técnico.

De: JOÃO FONSECA OSÓRIO DE CASTRO, requerendo informação prévia sobre viabilidade de destaque de parcela de terreno sita no prédio rústico denominado por Pomarinho, freguesia de Nossa Senhora da Vila.

Tem parecer da D.A.U.

Data de entrada do requerimento: 28/11/2002

Deliberação: Deferido por unanimidade nas condições do parecer dos serviços da D.A.U.

De: JOSÉ EVARISTO, requerendo aprovação do projecto de arquitectura para a obra de construção de moradia e muro de vedação a erigir no prédio rústico denominado por Courelas da Mata, freguesia de Lavre, tendo como técnico responsável José António Borla Mestrinho, número 305.

Tem parecer da D.A.U.

Data de entrada do requerimento: 22/01/2003

Deliberação: Deferido por unanimidade de acordo com o parecer dos serviços da D.A.U

De: UNISANTOS – MOTORES E MÁQUINAS – COMÉRCIO E INDÚSTRIA, LDA., requerendo aprovação do projecto de arquitectura para a obra de remodelação e adaptação de um edifício para oficina de manutenção e reparação de motociclos sito na Urbanização da Horta do Goivo, lotes 12 e 13, freguesia de Nossa Senhora do Bispo, tendo como técnico responsável José Maria Dias de Oliveira, número 294.

Tem parecer da D.A.U.

Data de entrada do requerimento: 5/11/2002

Deliberação: Deferido por unanimidade nas condições do parecer dos serviços da D.A.U.

De: CUSTÓDIO LUÍS COELHO CABEÇA BRANCA, requerendo aprovação do projecto de arquitectura, da obra de ampliação de uma habitação, construção de um anexo, muro de vedação e piscina, a levar a efeito na propriedade denominada por “Courela do Olival”, Foros da Amendonça, freguesia de S. Cristóvão, tendo como técnico responsável José António Borla Mestrinho, número 305.  
Tem pareceres da D.A.U.e I.C.N.

Data de entrada do requerimento: 2/01/2003

Deliberação: Deferido por unanimidade de acordo com o parecer dos serviços da D.A.U

De: CUSTÓDIO LUIS COELHO CABEÇA BRANCA, requerendo aprovação do projecto de arquitectura para a obra de construção de moradia, anexo, muro de vedação e piscina a erigir no prédio rústico denominado por Courela do Olival, Foros da Amendonça, freguesia de S. Cristóvão, tendo como técnico responsável José António Borla Mestrinho, número 305.

Tem pareceres da D.A.U. e I.C.N.

Data de entrada do requerimento: 2/01/2003

Deliberação: Deferido por unanimidade de acordo com o parecer dos serviços da D.A.U

De: CUSTÓDIO FELICIANO MADURO TRIPA CARVALHO, requerendo informação prévia sobre construção de moradias e comércio numa propriedade sita na Rua General Farinha Beirão, freguesia de S. Cristóvão.

Tem parecer da D.A.U.

Data de entrada do requerimento: 18/12/2002

Deliberação: Deferido por unanimidade nas condições do parecer dos serviços da D.A.U.

De: VICENTE LUIS MATEZ, requerendo aprovação do projecto de arquitectura para a obra de alteração de moradia sita na Rua da Bandeira, n.º 10, freguesia de Nossa Senhora do Bispo, tendo a responsabilidade técnica do Gabinete de Projectos da Divisão de Administração Urbanística.

Tem parecer da D.A.U.

Data de entrada do requerimento: 21/01/2003

Deliberação: Deferido por unanimidade.

De: RUI FILIPE MACEDO DA SILVA BENTO, requerendo aprovação do projecto de arquitectura para a obra de ampliação de edifício sito no prédio rústico denominado por Courela da Oliveira, freguesia de Cortiçadas de Lavre, tendo como técnico responsável Jacinto Gameiro Costa, número 47.

Tem parecer da D.A.U.

Data de entrada do requerimento: 12/02/2003

Deliberação: Deferido por unanimidade de acordo com o parecer dos serviços da D.A.U

De: MARIA HELENA ALFACINHA DE BRITO, requerendo aprovação do projecto de legalização de edifício de habitação e constituição de imóvel em propriedade horizontal sito na Vila Maria Helena, números 25 e 27, freguesia de Nossa Senhora do Bispo, tendo como técnico responsável José Maria Dias de Oliveira, número 294.

Tem parecer da D.A.U.

Data de entrada do requerimento: 14/02/2003

Deliberação: Deferido por unanimidade de acordo com o parecer dos serviços da D.A.U

De: MARIA TERESA AMADO PINTO CORREIA, requerendo aprovação dos projectos de especialidades e licenciamento da obra de recuperação/ampliação de moradia sita no prédio rústico denominado por Fazenda da Laranjinha, freguesia de Nossa Senhora da Vila, tendo como técnicos responsáveis Marco Paulo Vaz Monteiro e Vítor Manuel da Silva.

Data de entrada do requerimento: 20/03/2003

Deliberação: Deferido por unanimidade de acordo com os Termos de Responsabilidade do Técnico

### **Requerimentos Diversos**

De: OLÍMPIO ANTÓNIO FIGUEIRA BATISTA, para constituição de imóvel em propriedade horizontal sito no Loteamento à Horta do Ferragial do Matadouro, lote 10, freguesia de Nossa Senhora da Vila.

Tem parecer da Comissão de Vistorias.

Data de entrada do requerimento: 28/02/2003

Deliberação: Deferido por unanimidade de acordo com o Auto de Vistoria

De: JOSÉ MANUEL DA COSTA VALENTE, para constituição de imóvel em propriedade horizontal sito na Rua Poço do Passo, n.º 31 e Rua Comandante Fragoso, números 1 e 3, freguesia de Nossa Senhora do Bispo.

Tem parecer da Comissão de Vistorias.

Data de entrada do requerimento: 6/03/2003

Deliberação: Deferido por unanimidade de acordo com o Auto de Vistoria

### Vistorias

De: JUNTA DE FREGUESIA DE NOSSA SENHORA DA VILA (MARIA ISABEL COSME FALCÃO), para verificação de obras realizadas no prédio sito na Rua Condessa de Valenças, n.º 7, freguesia de Nossa Senhora da Vila.

Parecer da Comissão de Vistorias: *“1. São visíveis várias infiltrações, provenientes da cobertura, estando as mesas a provocar o abatimento dos tectos e a degradação dos rebocos (com alguns a soltarem-se das paredes).*

*2. As caixilharias encontram-se em avançado estado de degradação, com apodrecimento das madeiras. Os remates da cobertura (platibanda) estão soltos, permitindo a infiltração das águas da chuva.*

*3. Existe o perigo destas infiltrações causarem curto-circuito na instalação eléctrica com as consequências que o mesmo poderá despontar.*

*Conclusão: Estes problemas poderão ter como causa possível o facto dos remates da cobertura (guarda fogo) estarem soltos, permitindo desse modo a infiltração das águas pluviais.*

*A comissão entende que os problemas vistoriados deverão ser solucionados, procedendo às seguintes obras:*

*- Reparação dos remates da cobertura, na zona junto à platibanda;*

*- Reparação das caixilharias dos vãos que se encontram danificados.*

*E nada mais havendo a tratar, foi a vistoria considerada como concluída e levado o presente auto que vai ser devidamente assinado pelos técnicos.”*

Data de entrada do requerimento: 1/02/2002

Deliberação: O Auto de Vistoria apresentado foi aprovado por unanimidade.

De: CASA DO POVO DE LAVRE, requerendo emissão do alvará de autorização de utilização para estabelecimentos mistos (Café/Snack-Bar), sito na Rua da Casa do Povo, freguesia de Lavre.

Parecer da Comissão de Vistorias: *“1. Que foi respeitado o projecto de construção respectivo e demais condicionantes do licenciamento;*

*2. Que está dotado com o equipamento necessário e adequado à actividade a exercer no mesmo;*

*3. Que observa as normas relativas às condições sanitárias;*

*4. Que observa as normas relativas à segurança contra o risco de incêndios.*

*Face ao que se assinala nos n.ºs. 1, 2, 3 e 4 que antecedem, são os peritos de parecer que poderá ser concedida a licença de utilização.*

*A comissão deliberou ainda fixar a seguinte capacidade (lotação) máxima para o estabelecimento: vinte e quatro lugares sentados e cinco lugares em pé.”*

Data de entrada do requerimento: 27/02/2003

Deliberação: Deferido por unanimidade de acordo com o Auto de Vistoria.

### **B) PROGRAMA MUNICIPAL DE APOIO À HABITAÇÃO DEGRADADA**

Voltando a invocar a razão já referida na alínea anterior, o senhor Vereador Jorge Queiroz disse não participar na discussão e votação da matéria integrada no âmbito do Programa Municipal de Apoio à Habitação Degradada.

A senhora Vereadora Helena Paixão apresentou seguidamente os seguintes processos:

1.

A requerente CONSTANÇA ROSA BATISTA, apresentou na Câmara Municipal um processo de recuperação de habitação degradada, tendo em vista o arranjo da cobertura do prédio situado na Av. Humberto Delgado, número cinco, em Escoural, cujo orçamento total importa em quatro mil duzentos e noventa e oito euros e dezassete cêntimos.

De conformidade com as deliberações camarárias de dezanove de Junho de dois mil e dois e nove de Outubro de dois mil e dois, a senhora Vereadora Helena Paixão propôs que a autarquia comparticipasse a realização das referidas obras, mediante a atribuição de um valor correspondente a cinquenta por cento do respectivo orçamento, ou seja, dois mil cento e quarenta e nove euros e nove cêntimos.

A senhora Vereadora referiu ainda que a aludida comparticipação só deverá ser liquidada à interessada depois dos Serviços da DAU informarem a DAF que as obras em questão se encontram concluídas.

Interveio depois o senhor Vereador Agostinho Simão para dizer que relativamente ao presente processo ter informações que a requerente utiliza a habitação como casa de fim-de-semana, situação não enquadrável no espírito do Programa de Apoio à Habitação Degradada, reafirmando a importância que existe na elaboração do Relatório Social, face ao que a senhora Vereadora Helena Paixão sugeriu que o processo fosse mandado baixar aos Serviços para melhor análise mediante a elaboração de Relatório Social.

Deliberação: A Câmara deliberou por unanimidade mandar baixar o processo aos Serviços para melhor análise.

2.

A requerente ANGÉLICA MARIA CELESTE COSTA, apresentou na Câmara Municipal um processo de recuperação de habitação degradada, tendo em vista o arranjo da cobertura do prédio situado na Rua Joaquim Rodrigues Amaro, número doze, em Montemor-o-Novo, cujo orçamento total importa em três mil setecentos e quarenta euros e noventa cêntimos.

De conformidade com as deliberações camarárias de dezanove de Junho de dois mil e dois e nove de Outubro de dois mil e dois, a senhora Vereadora Helena Paixão propôs que a autarquia comparticipasse a realização das referidas obras, mediante a atribuição de um valor correspondente a cinquenta por cento do respectivo orçamento, ou seja, mil oitocentos e setenta euros e quarenta e cinco cêntimos.

A senhora Vereadora referiu ainda que a aludida comparticipação só deverá ser liquidada à interessada depois dos Serviços da DAU informarem a DAF que as obras em questão se encontram concluídas.

Deliberação: A proposta de comparticipação apresentada foi aprovada por maioria, com dois votos contra dos senhores Vereadores Agostinho Simão e Leonardo Maia.

3.

O requerente SIMPLÍCIO DA SILVA FERRO, apresentou na Câmara Municipal um processo de recuperação de habitação degradada, tendo em vista o arranjo da cobertura do prédio situado na Rua Dr. Miguel Bombarda, número sessenta e sete, em Escoural, cujo orçamento total importa em dois mil cento e trinta e quatro euros.

De conformidade com as deliberações camarárias de dezanove de Junho de dois mil e dois e nove de Outubro de dois mil e dois, a senhora Vereadora Helena Paixão propôs que a autarquia comparticipasse a realização das referidas obras, mediante a atribuição de um valor correspondente a cinquenta por cento do respectivo orçamento, ou seja, mil e sessenta e sete euros.

A senhora Vereadora referiu ainda que a aludida comparticipação só deverá ser liquidada à interessada depois dos Serviços da DAU informarem a DAF que as obras em questão se encontram concluídas.

Relativamente ao processo em análise o senhor Vereador Agostinho referiu que o requerente é senhorio da D. Constança (primeiro processo), não se revelando aceitável que as obras a realizar possam ser comparticipadas pela autarquia pelas razões já anteriormente apontadas, frisando mais uma vez que a elaboração do Relatório Social se torna imprescindível na análise destes casos, face ao que a senhora

Vereadora Helena Paixão sugeriu que o processo fosse mandado baixar aos Serviços para melhor análise mediante a elaboração de Relatório Social.

Deliberação: A Câmara deliberou por unanimidade mandar baixar o processo aos Serviços para melhor análise.

#### 4.

A requerente MARIA BRIGIDA BRITO DE OLIVEIRA DA SILVA PERDIGÃO, apresentou na Câmara Municipal um processo de recuperação de habitação degradada, tendo em vista o arranjo da cobertura do prédio situado na Rua de Lisboa, número setenta e seis, em Montemor-o-Novo, cujo orçamento total importa em dois mil seiscientos e noventa e dois euros e cinquenta cêntimos.

De conformidade com as deliberações camarárias de dezanove de Junho de dois mil e dois e nove de Outubro de dois mil e dois, a senhora Vereadora Helena Paixão propôs que a autarquia comparticipasse a realização das referidas obras, mediante a atribuição de um valor correspondente a cinquenta por cento do respectivo orçamento, ou seja, mil trezentos e quarenta e seis euros e vinte cinco cêntimos.

A senhora Vereadora referiu ainda que a aludida comparticipação só deverá ser liquidada à interessada depois dos Serviços da DAU informarem a DAF que as obras em questão se encontram concluídas.

Também no tocante ao presente requerimento disse o senhor Vereador Agostinho Simão que lhe subsistem algumas dúvidas quanto às informações constantes do processo, ainda que não possua elementos suficientemente concretos que permitam, de forma fundamentada, colocar em causa as declarações da interessada.

Referiu depois o senhor Vereador Maia que o presente processo e os dois antecedentes que levantaram suspeitas, reforçam a necessidade dos Relatórios Sociais. A sua inexistência encerra perigos de aproveitamento de particulares que contornam a seu favor a informação prestada, tornando-se necessário tomar cuidados acrescidos, sob pena da Câmara ser acusada, justamente, de beneficiar quem não precisa.

Concluiu com a sugestão de criação de um gabinete próprio para tratamento deste tipo de questões.

Usou depois da palavra a senhora Vereadora Helena Paixão dizendo não pretender retirar a importância de elaboração do Relatório Social. Contudo, o facto de haver processos pendentes com vários meses, conduziu à necessidade de dar uma resposta aos interessados, razão pela qual se avançou com os processos em questão. Ainda assim, aqueles em que subsistam dúvidas deverão peremptoriamente baixar aos Serviços para melhor análise.

Deliberação: A proposta de comparticipação apresentada foi aprovada por maioria, com dois votos contra dos senhores Vereadores Agostinho Simão e Leonardo Maia.

#### 5.

A requerente FRANCISCA ADELAIDE COUVEIRO BRAVO, apresentou na Câmara Municipal um processo de recuperação de habitação degradada, tendo em vista o arranjo da cobertura do prédio situado na Rua do Pedrão, número quarenta e nove, em Montemor-o-Novo, cujo orçamento total importa em cinco mil e trezentos euros e oitenta e três cêntimos.

De conformidade com as deliberações camarárias de dezanove de Junho de dois mil e dois e nove de Outubro de dois mil e dois, a senhora Vereadora Helena Paixão propôs que a autarquia comparticipasse a realização das referidas obras, mediante a atribuição de um valor correspondente a cinquenta por cento do respectivo orçamento, ou seja, dois mil e quinhentos euros.

A senhora Vereadora referiu ainda que a aludida comparticipação só deverá ser liquidada à interessada depois dos Serviços da DAU informarem a DAF que as obras em questão se encontram concluídas.

Deliberação: A proposta de comparticipação apresentada foi aprovada por maioria, com dois votos contra dos senhores Vereadores Agostinho Simão e Leonardo Maia.

#### 6.

A requerente MARIA CRISTINA BAÇÃO LEITÃO, apresentou na Câmara Municipal um processo de recuperação de habitação degradada, tendo em vista o arranjo da cobertura do prédio situado na Rua da Estação, número trinta e um H, em Montemor-o-Novo, cujo orçamento total importa em dois mil e quinhentos euros e doze cêntimos.

De conformidade com as deliberações camarárias de dezanove de Junho de dois mil e dois e nove de Outubro de dois mil e dois, a senhora Vereadora Helena Paixão propôs que a autarquia comparticipasse a



realização das referidas obras, mediante a atribuição de um valor correspondente a cinquenta por cento do respectivo orçamento, ou seja, mil duzentos e cinquenta euros e seis cêntimos.

A senhora Vereadora referiu ainda que a aludida comparticipação só deverá ser liquidada à interessada depois dos Serviços da DAU informarem a DAF que as obras em questão se encontram concluídas.

Deliberação: A proposta de comparticipação apresentada foi aprovada por maioria, com dois votos contra dos senhores Vereadores Agostinho Simão e Leonardo Maia.

## 7.

A requerente MARIA ANTÓNIA VIDIGAL, apresentou na Câmara Municipal um processo de recuperação de habitação degradada, tendo em vista o arranjo da cobertura do prédio situado na Rua Dr. António José de Almeida, número vinte e nove, em Escoural, cujo orçamento total importa em dois mil e dois euros e sessenta e quatro cêntimos.

De conformidade com as deliberações camarárias de dezanove de Junho de dois mil e dois e nove de Outubro de dois mil e dois, a senhora Vereadora Helena Paixão propôs que a autarquia comparticipasse a realização das referidas obras, mediante a atribuição de um valor correspondente a cinquenta por cento do respectivo orçamento, ou seja, mil e um euros e trinta e dois cêntimos.

A senhora Vereadora referiu ainda que a aludida comparticipação só deverá ser liquidada à interessada depois dos Serviços da DAU informarem a DAF que as obras em questão se encontram concluídas.

Deliberação: A proposta de comparticipação apresentada foi aprovada por maioria, com dois votos contra dos senhores Vereadores Agostinho Simão e Leonardo Maia.

## 8.

A requerente ESMERALDINA MARIA LUISA DE ALMEIDA, apresentou na Câmara Municipal um processo de recuperação de habitação degradada, tendo em vista o arranjo da cobertura do prédio situado na Rua Tenente Abreu, número três, em Escoural, cujo orçamento total importa em mil novecentos e sessenta e um euros e noventa e seis cêntimos.

De conformidade com as deliberações camarárias de dezanove de Junho de dois mil e dois e nove de Outubro de dois mil e dois, a senhora Vereadora Helena Paixão propôs que a autarquia comparticipasse a realização das referidas obras, mediante a atribuição de um valor correspondente a cinquenta por cento do respectivo orçamento, ou seja, novecentos e oitenta euros e noventa e oito cêntimos.

A senhora Vereadora referiu ainda que a aludida comparticipação só deverá ser liquidada à interessada depois dos Serviços da DAU informarem a DAF que as obras em questão se encontram concluídas.

Deliberação: A proposta de comparticipação apresentada foi aprovada por maioria, com dois votos contra dos senhores Vereadores Agostinho Simão e Leonardo Maia.

## 9.

A requerente MARIA FELICIDADE CATARINO, apresentou na Câmara Municipal um processo de recuperação de habitação degradada, tendo em vista o arranjo da cobertura do prédio situado na Rua Curvo Semedo, número cinquenta e três, em Montemor-o-Novo, cujo orçamento total importa em quatro mil e oitenta e seis euros e sessenta cêntimos.

De conformidade com as deliberações camarárias de dezanove de Junho de dois mil e dois e nove de Outubro de dois mil e dois, a senhora Vereadora Helena Paixão propôs que a autarquia comparticipasse a realização das referidas obras, mediante a atribuição de um valor correspondente a cinquenta por cento do respectivo orçamento, ou seja, dois mil e quarenta e três euros e trinta cêntimos.

A senhora Vereadora referiu ainda que a aludida comparticipação só deverá ser liquidada à interessada depois dos Serviços da DAU informarem a DAF que as obras em questão se encontram concluídas.

Deliberação: A proposta de comparticipação apresentada foi aprovada por maioria, com dois votos contra dos senhores Vereadores Agostinho Simão e Leonardo Maia.

Declaração de voto do senhor Vereador Agostinho Simão, relativamente aos presentes processos, integrados no âmbito do Programa Municipal de Recuperação de Habitação Degradada:

*“Voto contra não por ter qualquer desconfiança das pessoas que se candidatam a este Programa, mas devido à inexistência do Relatório Social que constitui para mim uma peça fundamental para uma decisão mais consciente.”*

### **C) REVISÃO DO REGULAMENTO DO LOTEAMENTO DA HORTA DO COXO**

Tendo em vista proceder à adaptação do Regulamento do Loteamento denominado por “Horta do Coxo”, sito na UPP 13, a senhora Vereadora Helena Paixão submeteu à apreciação do executivo a Revisão do referido documento.

**Deliberação:** A proposta de Revisão do Regulamento do Loteamento denominado por “Horta do Coxo”, sito na UPP 13, foi aprovado por unanimidade.

A referida proposta deverá agora ser submetida a aprovação da Assembleia Municipal.

## **3. OBRAS E SANEAMENTO**

### **A) INFORMAÇÃO DA ACTIVIDADE**

Foi o senhor Vereador João Caldeira quem antecipadamente providenciou, para conhecimento de todos os eleitos, a distribuição do documento contendo o relato da principal informação da actividade desenvolvida no âmbito da D.O.S. durante o mês de Março último, documento este que foi rubricado por todos os membros do Executivo presentes e nos termos da lei aqui se dá por integralmente transcrito.

### **B) EMPREITADA DE CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIO PARA REPARTIÇÃO DE FINANÇAS, TESOURARIA DA FAZENDAS PÚBLICA, POSTO DE TURISMO, JUNTA DE FREGUESIA DO BISPO E ESTACIONAMENTO**

Seguidamente o senhor Vereador João Caldeira apresentou o Relatório Final da Comissão de Análise das Propostas, o qual é do seguinte teor:

*“Realizada a audiência prévia escrita, nos termos do artigo 101º do Decreto - Lei n.º 59/99, de 2 de Março, não houve qualquer contestação, pelo que se propõe a adjudicação da empreitada supra à empresa A ENCOSTA – Construções S.A., pelo valor de 855 528,90 € (oitocentos e cinquenta e cinco mil quinhentos e vinte e oito euros e noventa cêntimos), conforme Relatório Preliminar da Comissão de Análise das Propostas, que se considera parte integrante do presente relatório, aqui se dando como integralmente transcrito.”*

**Deliberação:** A Câmara deliberou por maioria, com as abstenções dos senhores Vereadores Agostinho Simão e Jorge Queiroz, adjudicar a empreitada de “*Construção de Edifício: Repartição de finanças, Tesouraria da Fazenda Pública, Posto de Turismo, Junta de Freguesia do Bispo e Estacionamento*”, à firma A Encosta – Construções, S.A., pelo valor de oitocentos e cinquenta e cinco mil quinhentos e vinte e oito euros e noventa cêntimos, acrescido do IVA à taxa legal em vigor.

### **C) EMPREITADA DE MELHORAMENTO DE INFRAESTRUTURAS NA RUA 1º. DE MAIO, MELHORAMENTO E CORRECÇÃO DE PAVIMENTOS EM CORTIÇADAS DO LAVRE**

No âmbito supracitado o senhor Vereador João Caldeira apresentou os seguintes processos:

#### **1 – Auto de Medição**

O senhor Vereador João Caldeira apresentou depois a proposta de Auto de Medição de Trabalhos número quatro referente à empreitada de “*Melhoramento das Infraestruturas Existentes na Rua 1º. de Maio; Melhoramento e Correção do Pavimento Existente na Rua 1º. de Maio, Rua Direita e Construção de Rotunda, em Cortiçadas do Lavre*”, o qual importa no valor de nove mil seiscentos e quarenta e três euros e trinta e cinco cêntimos, acrescido do IVA no montante de quatrocentos e oitenta e dois euros e dezassete cêntimos, totalizando assim o presente Auto de Medição o valor a pagar à firma António da Silva, Lda., o valor de dez mil cento e vinte cinco euros e cinquenta e dois cêntimos.

Deliberação: A proposta de Auto de Medição apresentada foi aprovada por unanimidade.

## **2 – Autorização para realização de trabalhos a mais**

*“O empreiteiro António da Silva, Lda., deverá executar trabalhos a mais devido à ultrapassagem das quantidades previstas, pelo que solicito à Exm<sup>a</sup>. Câmara autorização para ordem ao empreiteiro, dos quais junto lista em anexo.”*

Sobre o assunto em análise disse o senhor Vereador Leonardo Maia que a proposta em causa é sintomática do mau planeamento a que, em regra, são sujeitos os projectos de obras municipais.

Deliberação: A Câmara deliberou por unanimidade autorizar a realização de trabalhos a mais na empreitada de *“Melhoramento das Infraestruturas Existentes na Rua 1.º de Maio; Melhoramento e Correção do Pavimento Existente na Rua 1.º de Maio, Rua Direita e Construção de Rotunda, em Cortiçadas do Lavre”*, os quais importam no valor de dezanove mil novecentos e noventa e oito euros e vinte sete cêntimos, acrescido do IVA à taxa legal em vigor.

### **D) EMPREITADA DE DRENAGEM PLUVIAL NO LOTEAMENTO MUNICIPAL EM SILVEIRAS**

Seguidamente o senhor Vereador João Caldeira apresentou a proposta de Auto de Medição de Trabalhos número um referente à empreitada de *“Drenagem Pluvial do Loteamento Municipal em Silveiras”*, o qual importa no valor de vinte e três mil quatrocentos e sessenta e nove euros e vinte e um cêntimos, acrescido do IVA no montante de mil cento e setenta e três euros e quarenta e seis cêntimos, totalizando assim o presente Auto de Medição o valor a pagar à firma António da Silva, Lda., de vinte e quatro mil seiscentos e quarenta e dois euros e sessenta e sete cêntimos.

Deliberação: A proposta de Auto de Medição apresentada foi aprovada por unanimidade.

### **E) EMPREITADA DE CONSTRUÇÃO DE JARDIM DO ESCOURAL**

Seguidamente o senhor Vereador João Caldeira apresentou a proposta de Auto de Medição de Trabalhos Não Previstos número um referente à empreitada de *“Construção de Jardim do Escoural”*, o qual importa no valor de cinco mil seiscentos e cinquenta euros e oitenta e três cêntimos, acrescido do IVA no montante de duzentos e oitenta e dois euros e cinquenta e quatro cêntimos, totalizando assim o presente Auto de Medição o valor a pagar à firma Menserfil – Construções civis e obras públicas, Lda., de cinco mil novecentos e trinta e três euros e trinta e sete cêntimos.

Deliberação: A proposta de Auto de Medição apresentada foi aprovada por unanimidade.

### **F) EMPREITADA DE CONSTRUÇÃO DE PALCO, CAMARINS E SANITÁRIOS NO P.E.M.F.**

Seguidamente o senhor Presidente submeteu a aprovação o Auto de Vistoria realizado em dez de Março do corrente ano, referente à empreitada de *“Construção de Palco, Camarins e Sanitários Públicos do P.E.M.F. de Montemor-o-Novo”*, respeitante à referida empreitada executada pela empresa Isidro Manuel Cordeiro Charneca.

Deliberação: O Auto de Vistoria apresentado foi aprovado por unanimidade.

## **4. ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS**

### **A) APROVISIONAMENTO E PATRIMÓNIO**

No âmbito referido em epígrafe o senhor Presidente fez a apresentação dos seguintes processos:

**Lote de terreno n.º 69 da Courela da Pedreira/Direito de superfície/Exercício do Direito de Preferência**

Comunicação n.º 23/2003 do Chefe da DAF:

*“1. Por deliberação tomada em Reunião da Câmara Municipal de 23/10/2002 a Câmara deliberou por unanimidade não exercer o direito de preferência na alienação do direito de superfície sobre o lote nº 69 do Loteamento Municipal da Courela da Pedreira, autorizando em consequência o sr. Telmo Miguel Frescata Salvaterra a celebrar o respectivo contrato de compra e venda com o sr. Custódio Joaquim de Oliveira Barroso, pelo montante de 92.500,00 € (noventa e dois mil e quinhentos euros) e com a obrigatoriedade deste se submeter às obrigações da escritura celebrada em 23/05/1997 bem como ao regulamento concelhio para cedência de direito sobre terrenos pertencentes ao município para fins urbanísticos ou de construção.*

*2. Até ao momento, não foi, no entanto celebrado o contrato projectado entre os srs Telmo Salvaterra e Custódio Barroso.*

*3. Aquele veio agora requerer que a Câmara volte a pronunciar-se quanto ao não exercício do direito de preferência no âmbito deste mesmo negócio, sendo certo contudo que o respectivo preço já não é o de 92.500,00 €, mas antes de 125.000,00 € (cento e vinte cinco mil euros).*

*4. Como habitualmente foi solicitada a intervenção da Divisão de Administração Urbanística para que procedesse à avaliação do imóvel.*

*5. Aquela Divisão produziu a informação nº 229/2003, nos termos da qual concluiu que “De acordo com os valores actuais, os custos de construção e aquisição de terrenos com iguais características, é determinado o valor de 125.000,00 € para a edificação construída no lote nº 69 do Loteamento Municipal da Courela da Pedreira, atribuído como superficiário ao sr. Telmo Miguel Frescata Salvaterra.*

*6. Desta forma submete-se o assunto à superior consideração da Exma Câmara Municipal, para que se pronuncie quanto ao exercício ou não do direito de preferência do Município nesta alienação.*

**Deliberação:** A Câmara deliberou por unanimidade não exercer o direito de preferência que lhe assiste relativamente à alienação do direito de superfície sobre o lote número sessenta e nove do Loteamento Municipal da Courela da Pedreira, condicionando tal autorização à obrigatoriedade de tal alienação se concretizar com Custódio Joaquim de Oliveira Barroso, pelo valor de cento e vinte cinco mil euros e que fique exarado na escritura notarial consequente a sujeição do comprador às obrigações constantes da escritura inicial celebrada com Telmo Miguel Frescata Salvaterra em vinte e três de Maio de mil novecentos e noventa e sete e do Regulamento concelhio para cedência de direitos sobre terrenos pertencentes ao município para fins urbanísticos ou de construção.

A presente deliberação revoga a que sobre o mesmo assunto foi tomada em reunião de Câmara de vinte três de Outubro de dois mil e dois.

### **Loteamento Municipal de Silveiras/Direito de Superfície/Requerimento**

#### **Comunicação nº. 21/2003 do Chefe da DAF:**

*1. Na sequência do acto público para a atribuição do direito de superfície sobre dois lotes de terreno do loteamento municipal de silveiras, foram graduados nos dois primeiros lugares os senhores Helder Francisco Pisco, a quem foi atribuído o direito de superfície sob o lote 23 e Luís Fernando Profeta Pisco a quem coube o direito de superfície sob o lote nº 18.*

*2. Ambos os concorrentes vieram agora apresentar requerimentos de teor idêntico nos quais solicitam que as respectivas escrituras de cedência de direito de superfície sejam celebradas não apenas consigo mas também com uma terceira pessoa: o sr. Luís Fernando Profeta Pisco requer que a constituição do direito de superfície sobre o lote que lhe coube em sorte possa ser titulado não apenas a seu favor mas também de Sílvia Isabel Dioniso Palminha, com quem irá contrair matrimónio, o sr. Helder Francisco Pisco requer que a constituição do direito de superfície sobre o lote que lhe coube em sorte possa ser titulado não apenas a seu favor mas também de Elisabete da Conceição Pinhão Picanço, com a qual pretende igualmente contrair matrimónio.*

*3. Não há, do ponto de vista legal, nada que se oponha ao deferimento daquilo que é requerido, tal como também nada existe que se oponha ao seu indeferimento, pelo que a decisão a tomar depende de mero juízo de conveniência.*

*4. Desta forma submete-se o assunto à superior consideração da Exma. Câmara municipal para que decida o que tenha por oportuno.”*

Deliberação: A Câmara deliberou por unanimidade alterar a deliberação tomada em reunião de Câmara de seis de Novembro de dois mil e dois, relativamente à cedência do direito de superfície sobre os lotes de terreno números dezoito e vinte e três do Loteamento Municipal de Silveiras, aos superficiários Luís Fernando Profeta Pisco e Helder Francisco Pisco, respectivamente, aditando no tocante ao lote número dezoito que a constituição do direito de superfície seja feita também a favor de Silvia Isabel Dioniso Palminha e em relação ao lote número vinte e três que a mesma seja extensiva a Elisabete da Conceição Pinhão Picanço.

### **B) PESSOAL**

Voltando a intervir o senhor Presidente apresentou a seguinte proposta:

#### **Acumulação de funções públicas e privadas/Josefa Emília Pisco Borla Barreiros**

*1. No âmbito da Divisão Administrativa e Financeira foi submetido à apreciação da Exma. Câmara Municipal na sua reunião ordinária de 19/03/2003 o requerimento em epígrafe, capeado pela informação da secção de pessoal nº 72/2003, documentos que para todos os efeitos aqui se dão por integralmente reproduzidos.*

*2. Entendeu a mesma Câmara Municipal, conforme deliberação tomada nesse dia, que o respectivo processo baixasse aos serviços para esclarecimento sobre a competência nesta matéria: se da Câmara Municipal se do sr. Presidente da Câmara.*

*3. Dando cumprimento ao que então foi decidido cumpre esclarecer que o Decreto-Lei 409/91, de 17 de Outubro – que procedeu à adaptação à Administração Local do Decreto-Lei nº 427/89, de 7 de Dezembro – estabelece no artigo 8º, nº 1, alínea a), que a competência para a autorização de acumulação de funções públicas e privadas é da câmara municipal, com possibilidade de delegação no respectivo Presidente.*

*4. No caso em apreço e dado que tal competência não foi objecto de delegação, cabe à Câmara Municipal pronunciar-se sobre o assunto.”*

Deliberação: A Câmara deliberou por unanimidade autorizar a requerente Josefa Emília Pisco Borla Barreiros a exercer a actividade de Mediador de Seguros, acumulando tais funções privadas às funções públicas exercidas na autarquia, condicionado à obrigatoriedade de respeito pelas normas legais em vigor, designadamente:

- a) A actividade a acumular não poderá ser legalmente considerada incompatível com a actividade desenvolvida na autarquia;
- b) Os horários a praticar não poderão ser total ou parcialmente coincidentes;
- c) Não poderão ficar comprometidas a isenção e a imparcialidade da funcionária no desempenho das suas funções na autarquia;
- d) Não poderá haver prejuízo para o interesse publico e para os direitos e interesses legalmente protegidos dos cidadãos.

### **C) ADMINISTRATIVA**

Foi ainda o senhor Presidente quem interveio para apresentar a Informação número quatro, barra dois mil e três, emitida pela Secção Administrativa, a qual é do seguinte teor:

*“Tendo em conta a informação 48/03 do Chefe da DOS em relação ao consumidor 10483, Sr. Pedro Maria Sousa Castello Branco, residente na Rua 5 de Outubro, 23, em lavre, onde consta que o mesmo mudou a localização do contador de água.*

*Cumpra-nos informar que esta situação viola o presente Regulamento de Abastecimento, de acordo com a alínea d) do artigo quadragésimo quinto, estando sujeito a coimas.”*

Deliberação: A Câmara deliberou por unanimidade proceder à abertura de processo de contra-ordenação, face aos indícios do contador de água registado em nome do consumidor Pedro Maria Sousa Castello Branco ter sido mudado do local onde havia sido instalado pelos serviços municipais, sem prévia autorização destes.

### **D) CONTABILIDADE**

A Câmara tomou conhecimento da informação relativa às autorizações de pagamento de despesa orçamental emitidas entre o número mil seiscientos e quarenta e nove a mil novecentos e cinquenta e cinco, no valor de setecentos e trinta e um mil e trinta e oito euros e quarenta e quatro cêntimos.

## **5. PLANEAMENTO E DESENVOLVIMENTO**

### **A) FEIRA DA LUZ/2003**

Usou depois da palavra o senhor Presidente para apresentar a proposta de aprovação de preços para os diferentes espaços a ocupar na Feira da Luz de 2003, conforme documento que foi rubricado por todos os eleitos presentes e nos termos da lei aqui se dá por integralmente transcrito.

Deliberação: A proposta apresentada foi aprovada por unanimidade, excepto em relação à proposta de preço a praticar para o módulo de nove metros quadrados, o qual passa a ser de duzentos e vinte euros, acrescido de IVA e não como se encontrava da proposta.

### **B) FUNDO DE APOIO ÀS MICROEMPRESAS**

Voltando a intervir o senhor Presidente interveio para apresentar a seguinte proposta:

*“No âmbito do apoio ao desenvolvimento económico, a Câmara Municipal de Montemor-o-Novo tem procurado desenvolver programas/acções, que permitam proporcionar aos agentes económicos do concelho condições que contribuam para o incremento das suas actividades e consequentemente reforçar o tecido económico local. Neste contexto propõe-se a criação de um instrumento financeiro – o fundo de apoio às microempresas – desenvolvido em parceria com a Agência de Desenvolvimento Regional do Alentejo e o Banco Espírito Santo.*

*A constituição, implementação e funcionamento deste fundo pelas três entidades está consubstanciado nos documentos anexos.”*

Complementarmente à apresentação da referida proposta, o senhor Presidente providenciou a prévia distribuição dos seguintes documentos: Normas e Condições de Acesso; Proposta de Protocolo de Cooperação entre a Câmara Municipal de Montemor-o-Novo e a ADRAL – Agência de Desenvolvimento Regional do Alentejo, S.A.; Protocolo de Cooperação entre a Câmara Municipal de Montemor-o-Novo e o Banco Espírito Santo; Contrato de Financiamento no âmbito do Fundo de Apoio às Microempresas do concelho FAME; Fundo de Apoio às Micro empresas do concelho de Montemor-o-Novo e Acordo entre a ADRAL – Agência de Desenvolvimento Regional do Alentejo e o Banco Espírito Santo. Os referidos documentos foram rubricados por todos os eleitos presentes e nos termos da lei aqui se dão por integralmente transcritos.

Deliberação: A proposta apresentada foi aprovada por unanimidade, devendo agora ser submetida a aprovação da Assembleia Municipal nos termos da lei.

## **6. SÓCIO-CULTURAL**

### **A) COMISSÃO TÉCNICA – ESPAÇOS DE JOGOS E RECREIO**

Usando seguidamente da palavra o senhor Vereador João Marques fez a apresentação da proposta do seguinte teor:

*“Na sequência da reunião de Câmara de 15 de Julho de 1998 que aprovou a criação da Comissão Técnica para fiscalização dos espaços de jogos e recreio – e, para dar cumprimento ao artigo 33º. do Dec.-Lei nº. 379/97 de 27/12/97, foram nomeados novos técnicos desta Câmara Municipal para integrar a referida Comissão, da qual, solicitamos aprovação pelo executivo camarário.*

*A Comissão seria constituída por: Representante da DSC, Dra. Ana Paula Ribeiro; Representante da DAU, Arq. Paisagista, Inês de Aragão P. Morais Magro; Representante da DOS, Engº. Pedro Vieira.*

*Mais informamos que fará também parte da Comissão Técnica, o Dr. Agostinho Simão (de acordo com o ofício da ARS – Sub-Região de Évora, com a referência S. S. Pública de 17 de Dezembro de 2002).”*

Referiu depois o senhor Vereador Agostinho Simão que a Comissão em causa já funcionou anteriormente com uma diferente composição, tendo na altura sido feitas vistorias e relatórios de vinte e sete situações existentes no concelho, não tendo sido infelizmente feitas as correcções sugeridas pela Comissão, designadamente em relação ao Parque do Jardim dos Cavalinhos que constitui um perigo para as crianças que o frequentam.

Também o senhor Vereador Leonardo Maia, invocando o pedido de uma criança de quatro anos, sugeriu que o senhor Presidente ordenasse as correcções necessárias por forma a que o “Jardim dos Cavalinhos”, local de grande carisma para a maioria dos montemorenses, deixe de apresentar perigo para as crianças que o frequentam. Para tanto, acrescentou que seria preferível que o mesmo seja encerrado momentaneamente para renovação de todo o espaço, quer me termos de jardim, quer de aparelhos.

Interveio depois a senhora Vereadora Helena Paixão para expressar o seu desejo que a Comissão agora proposta exerça efectivamente as suas competências e dê continuidade aos Relatórios que elabora, entendendo não ser suficiente fazer relatórios e identificar deficiências, que posteriormente não têm qualquer continuidade prática com vista a adequar aqueles recintos às disposições de segurança em vigor.

No que concerne ao conhecido “Jardim dos Cavalinhos” disse a senhora Helena Paixão ser preferível fechar o referido espaço, dado que os aparelhos de diversão aí instalados estão obsoletos e são contrários à legislação actual.

Interveio depois o senhor Presidente para referir que em seu entender o Jardim dos Cavalinhos terá necessariamente de ser submetido a uma intervenção, devendo contudo manter a memória que lhe está subjacente, em particular os “cavalinhos”, dado que aquele espaço merece uma intervenção em termos de evolução de brinquedos, devendo no entanto perdurar a memória em respeito pelos brinquedos de várias gerações.

Deliberação: A proposta de constituição da Comissão Técnica de Espaços de Jogos e Recreio, foi aprovada por unanimidade.

Esta votação foi efectuada sem a presença do senhor Vereador Agostinho Simão por motivo de incompatibilidade prevista nos termos da lei.

## **B) CONCESSÃO DE BOLSA DE ESTÁGIO**

Em nova intervenção o senhor Vereador João Marques apresentou a proposta seguinte:

*“Terminando no final de Março os seis meses da bolsa de estágio de Cristina de Jesus Vagarinho Parreira, residente no Escoural, colocada da DSC/Núcleo de Interpretação Ambiental dos Sítios de Cabrela e Monfurado, proponho a sua continuação por igual período, pois existe interesse de ambas as partes na continuidade deste estágio.*

*Este estágio, ao abrigo das Normas aprovadas na Reunião de Câmara de 02/11/1994, tem permitido o funcionamento regular e dinamização do Núcleo de Interpretação Ambiental dos Sítios de Cabrela e Monfurado.*

*Junta-se certificado de Habilitações e Curriculum Vitae da candidata, informando-se que o segundo período da Bolsa de estágio tem início no dia 1 de Abril de 2003.”*

Deliberação: A proposta de concessão de estágio apresentada foi aprovada por unanimidade.

## **7. AMBIENTE E SERVIÇOS URBANOS**

Em nova intervenção a senhora Vereadora Helena Paixão apresentou o seguinte processo:

De: MARIA GENOVEVA PONTES ROSADO MIRA, requerendo informação sobre o projecto a submeter ao IFADAP/Programa RURIS: arborização com sobreiros e azinheiras numa área de (21.04 ha) e arborização com freixo numa área de (0,78 ha), envolvendo o arranjo e alargamento de caminhos numa área de (0.87 ha), no prédio “Herdade do Poço da Rua”, freguesia do Escoural.

Tem parecer da DASU.

Deliberação: Deferido por unanimidade de acordo com o parecer dos serviços.

## **8. PROJECTO DO SISTEMA INTERMUNICIPAL DE ABASTECIMENTO DE ÁGUAS E SANEAMENTO**

Relativamente ao “*Projecto do Sistema de Abastecimento de Águas e de Saneamento dos Concelhos de Arraiolos, Estremoz, Montemor-o-Novo, Mora e Vendas Novas*”, o senhor Vereador João Caldeira apresentou a seguinte proposta:

*“A Câmara Municipal de Montemor-o-Novo, na sequência da sua decisão de integrar a Associação de Municípios do Alto Alentejo para o Ambiente (AMAMB) em conjunto com as autarquias de Arraiolos, Estremoz, Mora e Vendas Novas, encarregou a Associação de Municípios do Distrito de Évora de através da empresa Hidroprojecto efectuar um projecto para o sistema em alta da rede de águas e saneamento para os 5 concelhos acima mencionados.*

*Em face da apresentação por parte da referida empresa do projecto e tendo sido nele contempladas todas as nossas pretensões, nomeadamente garantir no futuro o abastecimento de água através de águas superficiais, proponho:*

- 1 – Que a Câmara aprove o Projecto do Sistema de Águas e de Saneamento para o concelho de Montemor-o-Novo;*
- 2 – Que a Câmara delibere autorizar a AMDE a apresentar a candidatura do Projecto ao Fundo de Coesão, no âmbito da AMAMB.”*

**Deliberação:** A proposta apresentada foi aprovada por maioria com três abstenções dos eleitos do Movimento Cívico Pró-Montemor.

## **9. PROGRAMA “MONTEMOR 2003”**

Sobre o assunto supracitado interveio o senhor Presidente para fazer a apresentação do Relatório actualizado na terceira reunião do Conselho Executivo que teve lugar no passado dia dezoito de Março, dando igualmente a conhecer a listagem de instituições que pretendem integrar a Comissão Organizadora, conforme documento que foi rubricado por todos os eleitos presentes e nos termos da lei aqui se dá por integralmente transcrito.

Usou da palavra o senhor Vereador Jorge Queiroz para referir que o Festival Intercéltico aparece integrado nas comemorações de “Montemor 2003”, o que não faz sentido dado que esse Festival existe no Porto há vários anos e nada tem a ver com os forais de Montemor e o espírito de tais comemorações. Por outro lado houve durante a década de noventa uma preocupação em Montemor e noutras cidades portuguesas com as quais se estabeleceram relações na valorização das culturas portuguesa, mediterrânica e lusófona, face ao predomínio evidente dos produtos culturais anglo-saxónicos nos media dos países do Sul. Disse daqui resultarem as dúvidas e a perplexidade que manifestou sobre as actuais opções camarárias.

Em intervenção seguinte o senhor Vereador João Marques referiu que indo para além das comemorações dos forais, o espectáculo em causa faz sentido pela sua qualidade e pela diversidade de informação cultural que deverá ser disponibilizada aos cidadãos.

## **10. RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DO DIREITO DE OPOSIÇÃO EM 2002**

Relativamente ao Relatório de Avaliação do Direito de Oposição de 2002, o senhor Presidente procedeu à apresentação do referido documento do qual consta:

### *“1. Introdução*

*A Lei n.º 24/98, de 26 de Maio, aprovou o “Estatuto do Direito de Oposição” que abrange as Autarquias Locais. De acordo com o n.º 1 do Art.º 10º, elabora-se “o relatório de avaliação do grau de observância do respeito pelos direitos e garantias” constantes daquela Lei e que se reporta ao ano de 2002.*

*Com base no n.º 1 do Art.º 3º daquela Lei, o Partido Social Democrata (PSD) tendo representação na Assembleia Municipal, ainda que não na Câmara, é titular do direito de oposição. Atento o n.º 3 do mesmo Art.º 3º, o grupo de cidadãos eleitores designados por Movimento Cívico Pró-Montemor (MCPM), com representação na Assembleia e na Câmara Municipal, porque nenhum dos seus representantes assume*



*pelouros, poderes delegados ou outras formas de responsabilidade directa e imediata pelo exercício de funções executivas (n.º 2, Art.º 3º), é igualmente titular do direito de oposição.*

*Entendemos este Relatório, para além do estritamente consignado na lei, como uma oportunidade de avaliar e melhorar o exercício democrático, como uma manifestação do respeito que temos pelas Oposições, como uma demonstração da democraticidade do funcionamento da nossa Autarquia e do saudável espírito e vivência democráticas existentes no Concelho.*

## *2. Observância do Respeito pelos Direitos e Garantias*

*Registamos, com natural agrado, que em termos gerais, o Estatuto do Direito de Oposição veio consagrar na lei direitos e garantias que eram, de há muito, prática corrente no nosso Município. Claro que poderão – e deverão – ser apontadas deficiências, críticas, insuficiências. Mas apraz-nos verificar que, além de percussores, vamos mesmo além da actual lei em diversos aspectos.*

### *2.1. Distribuição de Pelouros e Vereadores a Tempo Inteiro*

*Por opção programática, aliás oportunamente assumida no decurso do período eleitoral, a Coligação Democrática Unitária (CDU) entende que, desde que o desejassem, os eleitos na Câmara deveriam assumir pelouros.*

*Nessa linha, o Presidente da Câmara, no início do mandato, consultou individualmente todos os Vereadores para apurar a disponibilidade de cada um para aceitar ou não pelouros. Os Vereadores do MCPM, confirmando a posição pública entretanto divulgada, informaram não estar disponíveis para exercer pelouros por entenderem que, tendo a CDU ganho com maioria absoluta as eleições autárquicas, caberia à força vencedora assumir a responsabilidade directa pelos pelouros e pelo governo do Município. Os Vereadores da CDU disponibilizaram-se para assumir pelouros, poderes delegados e outras formas de responsabilidade directa e imediata de exercício de funções executivas.*

*Após aquela consulta prévia e tendo em conta as disponibilidades e indisponibilidades manifestadas, o Presidente da Câmara elaborou uma proposta de distribuição de pelouros que, após discussão e acordo com os Vereadores que exprimiram desejo de assumir pelouros, tornou efectiva ao abrigo do Art.º 69º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro. Dessa distribuição de pelouros foi dado conhecimento à Câmara Municipal na reunião ordinária de 16 de Janeiro de 2002.*

*Tendo ainda em conta aquela posição dos Vereadores do MCPM bem como a posição dos Vereadores da CDU, o Presidente da Câmara designou para exercer funções em regime de tempo inteiro, ao abrigo da alínea d), do n.º 1, do Art.º 58º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, o Vereador João Caldeira, o qual foi igualmente designado (n.º 3, Art.º 57º da referida Lei) Vice-Presidente e propôs à Câmara (reunião ordinária de 8/1/2002), que aprovou por unanimidade, a fixação em mais dois o número de Vereadores em regime de tempo inteiro. Os Vereadores João Marques e Helena Paixão foram, ao abrigo do n.º 4, do Art.º 57º da mesma Lei, designados para exercer as funções a tempo inteiro.*

### *2.2. Delegação de Competências*

*O Presidente solicitou à Câmara que lhe fossem delegadas apenas algumas das competências legalmente delegáveis. Tal opção baseou-se, essencialmente, num pressuposto de facilitação da gestão corrente na perspectiva de garantir um melhor, mais rápido e eficaz serviço à população. A proposta foi apresentada na reunião de Câmara de 16/1/2002 e aprovada por unanimidade. Posteriormente, e face a alterações legislativas, aquela proposta foi adequada, mantendo os mesmos pressupostos, e foi aprovada em reunião de Câmara de 3/7/2002 mas, agora, com os votos favoráveis dos Eleitos pela CDU, as abstenções dos senhores Vereadores Agostinho Simão e Leonardo Maia e o voto contra do senhor Vereador Jorge Queiroz (MPCM).*

*Mantém-se, portanto, na Câmara um conjunto de competências que, podendo por lei ser delegáveis no Presidente, a maioria CDU entende, por questões de maior democraticidade e transparência, deverem ser directamente exercidas pela Câmara.*

*O Presidente delegou e/ou sub-delegou nos Vereadores a tempo inteiro todas as competências respeitantes aos respectivos pelouros que legalmente podia delegar.*

### *2.3. Metodologia de Trabalho para as Reuniões de Câmara*

*O Presidente apresentou na primeira reunião de Câmara (8/1/2002) do mandato uma proposta de metodologia de trabalho para as reuniões de Câmara clarificando as garantias e direitos de todos os eleitos. Esse documento onde foram concertadas e incluídas todas as propostas de alteração dos eleitos mereceu acordo unânime.*

*Aquela metodologia tem vindo a ser observada apesar de ser essencialmente indicativa e não imperativa.*

*O principal problema registado teve a ver com atrasos na elaboração das propostas de actas (decorrentes sobretudo de dificuldades administrativas em tempo explicitadas) que, entretanto, foi superado.*

*Igualmente, foram sendo concertadas formas de funcionamento em relação às quais foram levantadas questões por parte dos Vereadores do MCPM. É o caso, por exemplo, da forma de elaboração e aprovação das minutas das actas em que se cumprem procedimentos para além do que a lei determina. Contudo, outras questões, por naturais divergências de entendimento e porque a lei as não determina, não foram aplicadas. É o caso da gravação das reuniões de Câmara colocado pelos Vereadores do MCPM argumentando com a necessidade de aferição das afirmações produzidas e que a maioria CDU entende não se justificar argumentando que as actas reflectem o essencial, que aumentaria significativamente a burocratização e os custos associados e diminuiria o tempo de discussão (período de antes da ordem do dia) de problemas do concelho.*

*Releva-se, ainda, o facto de que havendo documentos distribuídos para reunião de Câmara sem observância dos prazos, a maioria CDU nunca impor uma única votação desde que algum Vereador solicitasse com fundamento o adiamento da discussão pelo que nenhuma deliberação da Câmara, com estas características, foi tomada sob protesto de qualquer eleito.*

#### *2.4. Igualdade de Tratamento*

*Aos Vereadores da Oposição é garantida igualdade de tratamento, nomeadamente:*

- a) Dispondo de gabinete próprio no edifício dos Paços do Concelho;*
- b) Dispondo de apoio próprio de secretariado com funcionários destacados;*
- c) Dispondo de horários de atendimento de munícipes, por si escolhidos, nas instalações da Câmara e apoio do Secretariado;*
- d) Dispondo, a solicitação dos próprios e com as condicionantes gerais, dos meios logísticos necessários à sua actividade (equipamentos, secretariado, reprografia, etc);*
- e) Dispondo de acesso a todas as instalações municipais e respectivos funcionários devendo, contudo, por compreensível imperativo de relacionamento contactar previamente o eleito responsável pelo respectivo pelouro se for o caso bem como os Chefes de serviço.*

*Às Juntas de Freguesia de Cabrela e Ciborro (MCPM), únicas que não são presididas pela força maioritária no Município, são garantidos todos os direitos e tratamento igual ao que gozam as restantes 8 Juntas de Freguesia dirigidas pela CDU.*

#### *2.5. Direito à Informação*

*As Oposições têm sido informadas regular e directamente sobre o andamento dos principais assuntos do Município quer nas reuniões de Câmara quer nas reuniões da Assembleia Municipal quer mesmo de forma informal. O Presidente da Câmara elabora e envia aos membros da Assembleia Municipal, antes de cada reunião daquele órgão, uma informação escrita sobre a actividade da Câmara como preceitua a lei.*

*Todas as questões colocadas formal ou informalmente foram respondidas. Contudo, o MCPM, sobretudo através dos seus eleitos na Câmara, têm contestado a forma como o Presidente da Câmara tem respondido às suas solicitações escritas dizendo que tais respostas não satisfazem integralmente ou mesmo de todo o solicitado e que os prazos não são respeitados. O Presidente da Câmara tem sustentado que responde cabalmente tendo em conta o conteúdo daquelas solicitações escritas e que os Eleitos do MCPM não podem querer impor ao Presidente o tipo de respostas que os próprios previamente pretenderiam.*

*A maioria CDU tem tido uma preocupação permanente de informar para além do legalmente exigido. A título de exemplo, refere-se que a listagem de todas as Ordens de Pagamento da Câmara é disponibilizada, nas reuniões de Câmara, a todos os Eleitos.*

#### *2.6. Direito de Consulta Prévia*

*As Oposições não só foram consultadas, conforme preceitua a lei, quanto às propostas de Opções do Plano e Orçamentos para 2002 e 2003 como foram mesmo convidadas a participar directamente apresentando propostas na fase de elaboração daqueles documentos. Aliás, esta actuação não se limita àqueles documentos mas a todos os que detém importância em áreas diversas da acção do Município como, por exemplo, propostas de regulamentos e planos de urbanização. Esta disponibilidade da maioria CDU tem, aliás, sido afirmada como permanente e constante.*

*Existe, pois, uma preocupação de consulta prévia para além do legalmente exigido.*

#### *2.7. Direito de Participação*

*Tem sido sempre entendimento da maioria CDU assegurar a todos os Eleitos que o desejem, e em particular aos Vereadores da Oposição, o direito de acesso a quaisquer actos públicos e iniciativas da*

*Câmara. Ainda assim, e apesar de desnecessário dada esta posição de princípio da CDU, são geralmente feitos convites directos ou nas próprias reuniões de Câmara.*

*Existe, pois, uma inequívoca vontade de que todos os Eleitos tenham uma participação activa nos processos de tomada de decisão e na vida municipal.*

### **3. Conclusão**

*A democraticidade interna no Município de Montemor-o-Novo é assegurada, há muito, não como obrigação legal, que aliás é recente, mas como princípio basilar da prática política.*

*Consideramos indispensável a crítica e a necessidade de aperfeiçoamento constante da actividade municipal a este nível pelo que, naturalmente, aspectos haverá que necessitam de melhoramento.*

*Contamos, para tanto, com a contribuição, a crítica, as propostas quer das Oposições quer dos eleitos da Maioria quer dos Montemorenses em geral.*

*Em Montemor-o-Novo, vida autárquica é sinónimo de vida profundamente democrática.”*

Tendo em conta a anomalia invocada na recepção de correio electrónico por parte do senhor Vereador Queiroz, sugeriu o senhor Presidente que a discussão da matéria em apreço, fosse transferida para a próxima reunião de Câmara, o que foi aceite pelos presentes.

## **11. ATENDIMENTO DE MUNICÍPES**

A este ponto de Ordem de Trabalhos não compareceram quaisquer munícipes.

### **Aprovação da acta em minuta**

E não havendo mais assuntos a tratar, foi pelo senhor Presidente encerrada a reunião eram vinte e uma horas, tendo a Câmara deliberado por unanimidade aprovar esta acta em minuta, ao abrigo do numero três do artigo nonagésimo segundo da Lei número cento e sessenta e nove, barra noventa e nove, de dezoito de Setembro, com a primeira alteração que lhe foi dada pela Lei número cinco, barra A, barra dois mil e dois, de onze de Janeiro e Declarações de Rectificação número quatro, barra dois mil e dois, de seis de Fevereiro e número nove, barra dois mil e dois de cinco de Março.

E eu, Carlos António Russo Lebre, Assistente Administrativo Especialista, a redigi e subscrevo.

O PRESIDENTE DA CÂMARA,

O ASSISTENTE ADMINISTRATIVO ESPECIALISTA,